

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS

MESTRADO INTERINSTITUCIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**O PAPEL DA PUNIÇÃO DISCIPLINAR NO CONTROLE DA TROPA  
DA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS**

Euler Carlos de Souza Cordeiro

**Rio de Janeiro, julho de 2008.**

**O PAPEL DA PUNIÇÃO DISCIPLINAR NO CONTROLE DA TROPA  
DA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS**

por

Euler Carlos de Souza Cordeiro

Dissertação apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Márcio André de Carvalho

**Rio de Janeiro, 2008.**

**O PAPEL DA PUNIÇÃO DISCIPLINAR NO CONTROLE DA TROPA  
DA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS**

Euler Carlos de Souza Cordeiro

Dissertação apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Aprovada por:

**BANCA EXAMINADORA**

---

Presidente: Prof. Dr. Márcio André de Carvalho

EBAPE- FGV/RJ

---

Prof. Dr Vicente Riccio

EBAPE-FGV/RJ

---

Prof. Dr. Paulo Calmon

***A Deus pela luz, sabedoria e perseverança de  
continuar seguindo em frente mesmo a despeito  
das grandes dificuldades;***

***Às minhas lindas mulheres que conseguiram  
suportar minhas longas horas de ausência,  
Sheyla, Maria Luiza, Ana Regina, Ana Carla e  
Analu;***

***A meus pais queridos, Elesbão e Cleonice, pela  
minha vida, carinho, compreensão, educação e  
bons exemplos.***

## **AGRADECIMENTOS**

Aos Comandantes Gerais da Polícia Militar do Amazonas, dignos oficiais que contribuíram sobremaneira para a conclusão deste Curso de Mestrado, Coronéis QOPM, Wilson Martins de Araújo e Dan Câmara;

Ao Secretário de Estado de Segurança Pública do Amazonas, Dr. Francisco Sá Cavalcante e ao Corregedor Geral do Sistema de Segurança Pública, Dr. Washington Nascimento Melo, pelo suporte oferecido ao trabalho aqui apresentado;

Aos colegas de Mestrado, que, apesar da dura jornada, não me abandonaram e ombreados, conseguiram chegar até aqui;

Ao Professor Dr. Márcio Carvalho, distinto Orientador, sem o qual não teria conseguido chegar ao momento que estamos. Pela sua mão segura a nos apoiar e guiar nesta jornada.

Aos meus colegas, companheiros de Corregedoria Geral da Polícia Militar do Amazonas, profissionais abnegados, crentes em melhores dias e na melhoria de conduta dos nossos policiais militares, e numa corporação mais digna e competente;

A Professora Dra. Déborah Zohain, pelo apoio e conduta profissional exemplar e irrepreensível a frente de nosso Curso;

## RESUMO

O trabalho tem como finalidade realizar uma análise do sistema de controle disciplinar interno da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) como forma de identificar fatores que merecem ser modificados ou aprimorados diante do panorama social atual que se apresenta à nossa Força Pública. Para tal finalidade abordamos os elementos motivadores e o objetivo da punição disciplinar com a questão “porque punir?”. Em seguida foram observados os aspectos jurídicos legais da reprimenda disciplinar e os diplomas legais em vigor. Posteriormente foi abordado o conceito da atividade policial no Brasil e suas peculiaridades, passando em seguida a analisar os principais dados correcionais de nosso estado em comparação com outros estados do país. Antes de finalizar, analisamos os dados da Pesquisa de Campo observando a opinião de comandantes e comandados a respeito do sistema disciplinar ora em vigor.

**Palavras – chave:** Controle Disciplinar, Sistema Disciplinar, Polícia Militar do Amazonas, Punição Disciplinar, Atividade Policial, Hierarquia e Disciplina, Comandantes e Comandados.

## **ABSTRACT**

The work is to undertake a review of the control system's internal disciplinary Military Police of Amazonas (PMAM) as a way to identify factors that deserve to be modified or improved before the current social situation that is presented to our Public Military Force. For this purpose discussing the elements motivating and purpose of disciplinary punishment to the question "Why punish?". Then were the legal aspects of legal and disciplinary reprimand the legislation in force. It was subsequently approached the concept of police activity in Brazil and its peculiarities, moving then to examine the main figures of our state correctional compared with other states of the country. Before closing, we analyze the data Search Field watching the view of commanders and commanded the respect of the disciplinary system now in military force.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO I – ASPECTOS GERAIS DA PUNIÇÃO DISCIPLINAR .....</b>	<b>16</b>
1.1. Para quê e porque punir .....	16
1.2. Origens da Punição Disciplinar.....	19
1.3. Função da Punição Disciplinar.....	21
1.4. Excessos abusivos da aplicação da Punição Disciplinar.....	22
<b>CAPÍTULO II – ASPECTOS LEGAIS DA PUNIÇÃO DISCIPLINAR.....</b>	<b>23</b>
2.1. ....C	
considerações preliminares .....	23
2.2. ....S	
sanções Disciplinares em vigor .....	26
2.3. ....A	
Sanção Disciplinar. Analogia com a Sanção Penal .....	30
2.4. ....P	
pesquisas e propostas de novas penalidades .....	31
<b>CAPÍTULO III – PUNIÇÕES DISCIPLINARES: O QUE DE NOVO PODE SER     INSERIDO – VANTAGENS E DESVANTAGENS .....</b>	<b>37</b>



3.1. ....	V
antagens .....	39
3.1.1 – Ao Estado .....	39
3.1.2 – À Comunidade .....	40
3.1.2 – Ao Infrator .....	40
3.2. ....	D
esvantagens .....	41
<b>CAPÍTULO IV – DADOS CORRECIONAIS DO AMAZONAS E OUTROS</b>	
<b>ESTADOS .....</b>	<b>42</b>
4.1 .....	–
Denúncias por corporações .....	43
4.2 .....	
- Natureza das Denúncias .....	44
4.3 .....	–
Investigações e Punições .....	44
<b>CAPÍTULO V – METODOLOGIA DA PESQUISA UTILIZADA .....</b>	<b>46</b>
5.1 – Tipo de Pesquisa .....	46
5.2 – Universo e Amostra .....	46
5.3 – Seleção de Sujeitos .....	47
5.4 – Coleta de Dados .....	48
5.5 – Tratamento de Dados .....	48
<b>CAPÍTULO VI – RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO .....</b>	<b>49</b>
<b>CAPÍTULO VII - CONCLUSÃO .....</b>	<b>61</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>62</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>66</b>



**LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 01 – Distribuição de Denúncias por Natureza .....</b>	<b>45</b>
---	-----------

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 01 – Pena Pecuniária no Ceará .....</b>	<b>32</b>
<b>Gráfico 02 – Pena Pecuniária no Amapá .....</b>	<b>33</b>
Gráfico 03 – Punições alternativas no Ceará .....	34
Gráfico 04 – Punições alternativas no Amapá .....	35
Gráfico 05 – Extinção da Prisão Disciplinar .....	35
Gráfico 06 – Denúncias por Corporações.. .....	35
Gráfico 07 – Denúncias Recebidas e Apuradas.....	46
Gráfico 08 – Dados Coletados referentes a Controle Disciplinares .....	47/48
Gráfico 09 – Dados Coletados referentes a Punições Disciplinares Privativas de Liberdade .....	48
Gráfico 10 – Dados de Punições de PM referente a desrespeito a Superior .....	49
Gráfico 11 – Dados de Transgressões cometidas à frente de tropa e civis.....	49
Gráfico 12 – Dados referentes à Punição Pecuniária.....	50
Gráfico 13 – Dados referentes às modificações do sistema de controle disciplinar.....	51
Gráfico 14 – Dados referentes às aplicações de punições de serviços à comunidade.....	52
Gráfico 15 – Dados referentes às percepções de fatores socioeconômicos e psicossociais.....	52
Gráfico 16 – Dados referentes às faltas de fiscalizações .....	53
Gráfico 17 – Dados referentes às ações da Corregedoria da PMAM .....	54
Gráfico 18 – Opinião referente a PMAM na apuração de transgressões .....	55
Gráfico 19 – Dados referentes às divulgações da mídia .....	56
Gráfico 20 – Dados referentes ao acompanhamento do comandante imediato .....	57
Gráfico 21 – Dados referentes às ações do comandante imediato e seu reflexo .....	57

*“A oportunidade é agora, de mudarmos as feições da punição disciplinar, tornando-a mais justa, educativa e benéfica, não só ao Infrator, às nossas corporações, mas também à nossa sociedade, que nos sustenta e é objeto de nosso trabalho e nossa existência”.*

*O Autor*

## INTRODUÇÃO

A Polícia Militar, no Brasil, remonta a sua origem à transmigração da família real portuguesa para a nossa terra. No entanto, mais recentemente impingida dos vícios da ditadura de Getúlio Vargas, em dias da Segunda Guerra Mundial, passando pelo período de exceção, impressos em seus regulamentos há cerca de mais de 70 anos.

Dentro desse quadro, retrata o Cel RR PMESP Alaor Silva Brandão, *“uma legislação tendente a regradar condutas, precisa se adaptar às novas circunstâncias”*.<sup>1</sup> No contexto violência/sociedade, está em debate a estrutura policial, com fortes tendências de unificação das Polícias Militares e Cíveis, no momento inexequível, mas que indica rumos a serem palmilhados paulatina e firmemente, repensando o anacrônico arcabouço das organizações oriundas em sistemas militares medievais, arraigadas ainda nessas características profundamente burocráticas, hierarquicamente, como as Forças Armadas, o Clero Católico e a Marinha Mercante – componente importante e fenômeno histórico da maior relevância – reconheçamos.

A Força Pública, histórica e tradicionalmente reconhecida, a Polícia Militar, em especial a do Amazonas, inserida num contexto maior que é a segurança pública em nosso Estado, vem há muito, acometida de sérios problemas internos, dos quais destacamos a DISCIPLINA interna. Com o advento e instalação da Corregedoria Geral da PM, mais precisamente em junho de 1997, foi possível observar com maior exatidão, a evolução dos índices de desvios de conduta e a ação governamental de políticas de controle interno até os dias atuais.

---

<sup>1</sup> BRANDÃO, Alaor Silva. **Revista Direito Militar**. São Paulo, V-23, maio a junho/2000.

A segurança pública se tornou a principal questão governamental a ser mantida e o sistema completo da segurança pública esforça-se em reduzir os índices criminais a qualquer custo, portanto, uma das principais metas de governo a ser batida. Aliado a todo o esforço podemos também observar pontuais, mas sérios distúrbios disciplinares no seio da tropa militar. Esforços têm sido observados em fazer uma depuração dos quadros, com a identificação e extração cirúrgica dos elementos perniciosos do seio da tropa. Mas como um tecido em metástase, ele deixa raízes tão malignas como a original. Portanto o tratamento precoce revela otimistas chances de cura em nosso seio disciplinar.

É neste sentido que passamos a dissecar intimamente o sistema de controle interno disciplinar e criminal da Força Pública, analisando o as legislações que estão em vigor, verificando o funcionamento do sistema, testando-o para verificar *interna corporis* seus principais componentes e ao final estabelecendo um diagnóstico disciplinar da Corporação, verificando se funciona ou não esse sistema, e se não funciona, onde estão os problemas e de que maneira podemos minimizá-los.

A aplicação da punição disciplinar contribui para o controle disciplinar da tropa?

Precisamos amoldar nossos estatutos disciplinares a padrões e parâmetros equilibrados, eqüidistantes e que realmente tragam correção às atitudes dos infratores, servindo também de exemplo aos demais da tropa, bem como, este novo comportamento traga benefícios à sociedade e às nossas instituições policiais. O benefício que falamos é um policiamento preventivo de excelência e de referência para o país.

Não pretendemos, numa visão global estocar o Regulamento Disciplinar do Amazonas, apenas aferir a idéia da necessidade ou não de reformularmos este sistema, hoje em vigor. Temos como principal objetivo o aperfeiçoamento do regime disciplinar em nossa polícia, bem como demonstrar que, ouvindo os principais elementos dessa engrenagem, sejam comandantes, sejam comandados, possamos chegar a um modelo mais próximo do ideal, quando falamos de controle disciplinar.

A metodologia utilizada na pesquisa será bibliográfica, de campo e documental. Em sua tipologia, a pesquisa será aplicada segundo a utilização dos resultados, será quantitativa e qualitativa em relação a abordagem e será indireta em relação as técnicas e instrumentos de observação. Quanto aos objetivos, esta será de forma descritiva e exploratória.

O estudo está delimitado no âmbito interno da Polícia Militar do Amazonas, seu atual sistema de controle disciplinar com legislações e aplicações doutrinárias próprias. Quanto ao período, estará limitado aos índices observados no período de janeiro a dezembro do ano de 2007, através de dados coletados na Corregedoria Geral da Polícia Militar, órgão de controle disciplinar vigente.

Esta Dissertação tem a apresentação definida por uma breve introdução; no capítulo I exploramos os aspectos gerais da punição disciplinar, quais os seus objetivos em termos macro; no capítulo II abordamos os aspectos jurídicos legais da punição disciplinar; no capítulo III enfocamos o que de novo pode ser inserido no regime disciplina, vantagens e desvantagens; no capítulo IV analisamos os dados da Corregedoria da Polícia Militar do Amazonas e a comparamos com alguns estados brasileiros; No capítulo V tabulamos os dados da Pesquisa de Campo, com as respectivas análises e conclusões; No capítulo VI concluimos com as análises dos dados apresentados vislumbrando o que teremos pela frente no controle da disciplina policial militar.



# **CAPÍTULO I**

## **ASPECTOS GERAIS DA PUNIÇÃO DISCIPLINAR**

Abordando a origem, função e demais características da punição disciplinar militar, poderemos estabelecer um conceito genérico sobre o atual quadro disciplinar da corporação policial militar do Amazonas e do Rio Grande do Norte, e por que não dizer, das polícias militares do Brasil.

### **1.1. Para quê e por que Punir**

O controle interno de corporações, sejam elas militares ou não, estão entre os fatores que definem o sucesso ou não dessas empresas. Não adianta ter os melhores profissionais, se dentro da organização não contiver mecanismos de controle de seu efetivo. Mecanismo de punição e premiação deve estar presentes para a valorização do pessoal, oferecendo justiça e equidade na aplicação de sanções e recompensas, para que esta ferramenta possibilite a melhoria dos resultados da empresa e mantenha a harmonia de seus funcionários.

Cesare Beccaria em sua célebre obra “Dei Delitti e Delle Pene” – 1764, (Dos Delitos e das Penas), declarava que com o advento das sociedades entre os homens, a reunião de grupos que lutavam entre si, e dentro desses agrupamentos estas associações tendiam ao despotismo e à lei dos mais fortes, sugerindo a guerra da sobrevivência, foi necessário a adoção de medidas de controle, primeiramente com a definição das regras, e posteriormente, com a adoção de medidas contra quem violava estas normas: *Eram necessários meios sensíveis e muito poderosos*

*para sufocar esse espírito despótico, que logo voltou a mergulhar a sociedade em seu antigo caos. Tais meios foram as penas contra os que infringiam as leis” Beccária (1764). Para que o processo funcionasse, era necessário de que todos abrissem mão de uma parcela de sua liberdade. Desta forma, com o equilíbrio estabelecido, qualquer pessoa poderia calcular o efeito de uma atitude irregular, proporcionando desta forma uma educação imposta pelas leis, desviando se dos crimes. Relata ainda Beccária referindo-se aos cidadãos obedientes “gozará, com segurança, de sua liberdade e de seus bens; e isso é justo, pois que esse é o fim que leva os homens a se reunirem em sociedade”.*

Como já dissemos anteriormente, a questão da segurança pública é um dos problemas mais graves que a sociedade enfrenta, alvo de inúmeros estudos sejam pelos estudiosos, sejam pelos leigos interessados. Sem uma boa sensação de segurança, outros fatores deixam de serem alcançados positivamente como saúde, educação, trabalho dentre outros.

Nossos policiais em regras são de boa índole, dedicados ao serviço policial militar, conforme juramento que prestam ao ingressar na PM, entretanto, dentre estes existem os despreparados, tanto nos fundamentos da profissão como os de caráter. Estes são os nossos alvos e merecem, ante a incorreção, o banimento imediato do convívio dos bons policiais. A permanência dos despreparados, incentiva e contribui negativamente para a infestação do sentimento de anomia e de impunidade. O mau policial é extremamente nocivo ao meio em que vive, enquanto ele não é identificado, outros são influenciados. Nestes casos, o corporativismo indevidamente atribuído às Corregedorias, deve ser aplicado.

O corporativismo que nos referimos, é o corporativismo positivo, que visa preservar o bom policial militar, da presença perniciosa e maléfica do inescrupuloso, mau caráter e criminoso. A Polícia Militar do Amazonas (PMAM) é constituída de grandes homens engajados no combate a todo custo da criminalidade, porém, os despreparados não podem achar espaço para se criarem. O correto controle disciplinar é importante para a identificação e extirpação, com o devido banimento desses que não se afinam com a disciplina e à obediência as leis. Quanto melhor o

sistema de controle, melhor será a qualidade de nossos policiais. O Agente Público de Segurança é investido de atribuições que não casam com a irregularidade e o despreparo profissional e psicológico. A este agente é atribuído valores e é cobrado pela atividade, que são dispensados aos demais cidadãos. A coragem, a voluntariedade, o destemor e o amor ao serviço público e à comunidade, fazem dele, indivíduo de maior responsabilidade, cobrado pela sociedade, de serviço ou não, o pronto atendimento nas mais diversas situações. Portanto, não se coaduna esta postura, com a de um agente infrator.

A sociedade não pode ter medo do policial. Infelizmente, não é o que observamos no dia a dia.

*“(...) eles [policiais] deveriam garantir nossa integridade física, eles são responsáveis por várias mortes, é exatamente o oposto”*

*“Nossa comunidade não tem policiamento. Pelo contrário, às vezes dão cobertura aos bandidos. Ao invés de ser polícia, eles ficam (...) fazendo parte, porque (...) já que eles não podem enfrentar o bandido, eles se aliam ao bandido, quer dizer, é problema de ir fiscalizar, a polícia não é fiscalizada.”*

***Moradores de comunidade de baixa renda, Rio de Janeiro.  
(Lemgruber e outros, Quem Vigia os Vigias?, 2003)***

A PMAM atravessa uma fase de grandes modificações tanto na área operacional, como no aspecto administrativo. O atual Comandante, Cel QOPM Dan Câmara, procura desenvolver uma polícia tecnicamente bem preparada, partindo da obediência aos mais básicos princípios doutrinários de policiamento comunitário e passando pelo ordenamento e aparelhamento das unidades de apoio, porém, herdou uma Polícia Militar sem tenentes, uma Corporação sem fiscalização efetiva. A falta dessa fiscalização possibilitou a criação de uma geração de policiais mal fiscalizados, portanto, de policiais sujeitos às mais diversas tentações que a atividade policial oferece como a prática de pequenos crimes e graves desvios de

conduta. Os resultados dessas circunstâncias podem ser observados no capítulo III, desta pesquisa.

***“Em sua grande maioria, os agentes policiais são profissionais de excelente qualidade, com probidade administrativa, e ao mesmo tempo divulgadores de cultura em seu meio, respeitando direitos e garantias dos administrados. Esses verdadeiros policiais são obrigados a conviver com outros agentes, que não possuem o mesmo preparo, são arrogantes e estão voltados para a prática de abusos de autoridade, e o cometimento de ilícitos criminais.” (Rosa, Direito Administrativo Disciplinar 2005)***

Rosa (Lumen Juris, 2005) em sua obra *Direito Administrativo Militar* comenta ainda que policiais infratores devam ser punidos em respeito ao Estado democrático de Direito, que a punição deve ser eficaz para que se evitem novas infrações. A sanção administrativa possui seu aspecto educativo, que concordamos, porém, pela sua própria peculiaridade, a atividade policial merece um rigor maior. Alguns casos, como o roubo, a concussão, a corrupção, seqüestro e formação de quadrilhas organizadas, merecem um tratamento diferenciado, onde não cabe a repreensão, cabendo somente, a extirpação definitiva desses elementos perniciosos e cancerígenos, do seio da corporação.

A sociedade não aceita, de maneira alguma, que policiais como do exemplo acima referenciado, permaneçam trabalhando na atividade de segurança pública. A Polícia Militar tem sua característica voltada para a obediência e o cumprimento das leis, responsável conjuntamente com outros setores do Governo, pela sensação de segurança e equilíbrio social.

## **1.2. Origens da Punição Disciplinar Militar**

A fundamentação teórica das punições disciplinares remonta desde os primeiros campos de batalha, batalhas pela vida, onde o mais forte suplantava o

mais fraco e o subordinava às suas regras de vida em sociedade, passando pelas guerras de conquista e as religiosas, onde as tropas eram submetidas a rigorosos controles disciplinares tanto de punição, como também as recompensas. Muitos comandantes se valeram da disciplina para alavancar suas vitórias tendo como seus principais armamentos o controle de seus comandados através de rigorosas punições bem como o estabelecimento de recompensas para aqueles que com sua disciplina e lealdade, conseguissem levar a tropa a vitórias.

No Império Romano os soldados eram submetidos a castigos físicos tais como o açoite, marcação com ferro quente, serviço forçado até chegar a pena de morte. Daí passamos por muitos outros exemplos desnecessários de se constar, chegando até os tempos modernos, onde vemos evoluir o castigo disciplinar a patamares suportáveis da conduta humana. São assim aceitáveis que passam do exercício de maneabilidade ou da ordem unida<sup>1</sup> até a pena de restrição de liberdade individual. Os regulamentos disciplinares modernos prevêm como punições, a advertência, a repreensão, a detenção, prisão simples e a prisão em separado e finalmente à exclusão ou licenciamento a bem da disciplina. De fato muita coisa mudou, mas ainda precisamos fazer mais para agirmos com justiça conveniente.

Diante deste posicionamento mais humanizado, necessário se faz que seja reconhecido em nossos estatutos disciplinares o direito a ampla defesa a fim de que se possa ouvir o infrator dando todo o direito ao contraditório, princípios constitucionais advindos com a atual carta magna.

Novas correntes de Direito Administrativo Disciplinar oferecem novas formas de sancionar o agente público de segurança, como a prestação pecuniária, a transação administrativa, a prestação de serviços comunitários, além dos recém criados, Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), já implantados e vigorando em alguns estados brasileiros, como o Amazonas.

---

<sup>1</sup> É de domínio popular saber que dentre as punições disciplinares informais, estão o castigo através de esforço coletivo como exercícios de ordem unida, de educação física, principalmente nas escolas de formação de praças e de oficiais.

### 1.3. Função da Punição Disciplinar

A manutenção da disciplina é tão importante que em todas as esferas da vida social ela é cultivada. Começando pelo seio da família através da orientação dos pais e aplicação de sanções às faltas cometidas, passando pela Igreja, que após a confissão dos pecados se aplica as penitências, no esporte as faltas são punidas com advertências, cartões e até a expulsão do certame, no trabalho onde as normas das empresas aliadas as da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e assim por diante.

Com essas demonstrações é mais fácil entender que a punição, não só no âmbito militar, mas em todas as atividades, tem a finalidade precípua de atuar diretamente nas ações humanas. Entendemos que nessa atuação encontramos, por conseguinte, o controle dessas ações pelo fato de prever uma punição que corresponda a uma falta cometida. Além do controle, primordial importância, é a reeducação do punido, quando existe a aplicação efetiva da punição face ao erro já consumado. Transcendendo da pessoa do punido, a punição alcança também seus pares, superiores e subordinados, visando a harmonia na coletividade a que pertence e, no caso do policial militar, essa coletividade é a tropa. Em acordo com os princípios constitucionais vigentes é necessário que a punição disciplinar seja aplicada de forma justa e equilibrada, visto que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza... (art 5º da Constituição Federal de 1988).

O Regulamento Disciplinar da PM do Amazonas, em seu artigo 21, prevê: “ *A punição disciplinar objetiva o fortalecimento da disciplina, § Único. A punição deve ter em vista o benefício educativo ao punido e a coletividade a que ele pertence.*”<sup>2</sup>

Isso demonstra que a punição, quando aplicada com imparcialidade e justiça, é salutar para o desenvolvimento das atividades das organizações policiais militares.

---

<sup>2</sup> AMAZONAS. **Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Amazonas**. Manaus, Art. 21, 1978.

#### 1.4. Excessos Abusivos da Aplicação da Punição Disciplinar

*“... é o sistema predileto dos sádicos perseguidores. O mau administrador encontra nesses o poder disciplinar como estilete de vingança pessoal”.<sup>3</sup>*

Não podemos deixar de revelar a realidade que existem nos diversos atos proferidos por nossos companheiros policiais militares por todo o Brasil, atos negativos que se revestem de características dolosas. Daí a necessidade de buscarmos soluções para tais ações perniciosas e de grande poder prejudicial.

Nas organizações militares, encoberta pela pesada camada hierárquica, muitos atos abusivos foram praticados por superiores que submeteram seus subordinados a humilhações gratuitas e desnecessárias que vão de encontro aos verdadeiros objetivos da disciplina militar, que são, a reeducação do policial infrator e seu exemplo para os demais da tropa.

Os abusos que são cometidos, não devem ser encarados como regra, mas é um fator que não pode deixar de ser considerado, visto que, há poucos anos atrás, dado à informalidade da aplicação da punição disciplinar, estes vícios eram plenamente reconhecíveis. Hoje, aumentou-se a formalidade dos processos administrativos, porém, ainda há ranços desta antiga prática em nossa corporação, tendendo sua extinção por completo, visto a melhor organização e conscientização das classes militares, com o conhecimento de seus direitos e deveres.

O julgador deve estar sempre bem preparado para decidir com equidade os problemas a ele apresentado, a ponto de que sua decisão seja a melhor para a corporação, para o policial militar infrator e para a sociedade.

---

<sup>3</sup> COSTA, José Armando da. **Teoria e Prática do Processo Administrativo Disciplinar**. 2. Ed. Brasília, Brasília Jurídica, 1996, p. 78.

## **CAPÍTULO II**

### **ASPECTOS LEGAIS DA PUNIÇÃO DISCIPLINAR MILITAR**

#### **2.1 – Considerações Preliminares**

As punições do pessoal das Polícias Militares brasileiras em geral prevêm sanções que vão da advertência verbal, repreensão, chegando até as de privação de liberdade como as de detenção, prisão e prisão em separado, terminando com a expulsão ou desligamento do estado efetivo das policias militares. O objeto de nossa pesquisa será não só avaliar o sistema em vigor, mas também de recolher a opinião de comandantes e de comandados a respeito da necessidade ou não de mudanças no sistema, com a inclusão de novas penalidades, mais justas, bem como a inclusão de novas modalidades de recompensas, visando o correto equilíbrio da disciplina intra e extramuros.

O procedimento cirúrgico nesse mal, que se fez, no passar dos anos, trata-se de um aperfeiçoamento nas regras regulamentares com intuito de produzir um efeito eficiente para a eficácia do combate à violência, que se radicaliza, exigindo-se a formação de uma polícia unida, que é força suficiente, no enfrentamento do magno problema contemporâneo.

Ressalte-se que não abordamos o aspecto do Código Penal Militar, Decreto Lei nº 1001, de 21/10/69 – que visualiza o crime militar, mas apenas do diploma disciplinar castrense, no respeitante às transgressões disciplinares – norma *interna corporis*. O mais antigo Regulamento é de São Paulo, que data de 9/11/43 – Decreto



nº 13.657, já instituído sob a perspectiva do – *due process of Law* – *devido processo legal*.

A Constituição Federal em seu artigo 5º consagra o Princípio da Igualdade e os direitos e garantias fundamentais do indivíduo.

**Art. 5º** - *Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

*I ...*

*II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;*<sup>1</sup>

A doutrina, nos ensinamentos do inolvidável jurista José da Silva Loureiro Neto, preconiza que “*o ilícito disciplinar não se subordina ao princípio da legalidade*”, em seu trabalho **Direito Administrativo Disciplinar**, Atlas, 1993. p. 26, dada a imprecisão e flexibilidade, tendo em vista os princípios de oportunidade e conveniência administrativas da sanção, discricionando a autoridade para aplicá-la no interesse da disciplina.

Nesse diapasão, o transgredir disciplinar, considerando em sua natureza a amplitude (leve, média e grave) sujeita o militar à pena de detenção (prisão) até 30 dias, podendo ser cumprida em regime fechado (xadrez), e a mais extrema, a exclusão dos quadros da Corporação.

O *Jus Libertatis* do militar é bem sagrado e tutelado pela Constituição Federal no art. 5º, caput, na certeza assegurada de “que todos são iguais perante a lei”, não acolhe normas de caráter geral, não previamente estipulada.

Tais normas disciplinares castrenses, a nosso ver sugerem discussões de sua constitucionalidade, visto que permite o livre arbítrio do julgador, que pode levar ao abuso e excesso de poder. Segundo preleciona o inominável Hely Lopes Meirelles, em seu

---

<sup>1</sup>

eterno Direito Administrativo Brasileiro “a discricionariedade não se confunde com o poder arbitrário, sendo liberdade de ação dentro dos limites permitidos em lei”.

É defeso pelo nosso ordenamento jurídico que ninguém pode ser punido sem que exista uma lei anterior que defina a conduta, sob pena de violação aos preceitos constitucionais e à Convenção Americana de Direitos Humanos, subscrita pelo Brasil, e recepcionada em nosso ordenamento jurídico por meio de decreto legislativo e decreto emanado do Poder Executivo.

Ressalta esse enfoque, compartilhando-o Luiz Flávio Gomes – mestrado em Direito Administrativo pela UNESP (França), especialista pela UNIP (Ribeirão Preto) e membro da Academia de Letras Jurídicas em sua obra **Responsabilidade Penal Objetiva e Culpabilidade nos Crimes Contra a Ordem Tributária (1995)**. que entende “*não existir diferença ontológica entre crime e infração administrativa ou entre sanção penal e sanção administrativa*”.

Assim, para este jurista, todas as garantias do Direito Penal devem valer para as infrações administrativas, e os princípios como os da legalidade, tipicidade, proibição da retroatividade, da analogia, do *non bis in idem*, da proporcionalidade, da culpabilidade, etc., valem integralmente inclusive no âmbito administrativo.

O Direito Militar, penal ou disciplinar, é um ramo especial da Ciência Jurídica, com princípios e particularidades próprios. Mas, como qualquer outro ramo desta ciência está subordinado aos cânones constitucionais.

Nosso ordenamento jurídico, que segue a tradição da família romano-germânica, não admite que uma norma infraconstitucional se sobreponha ao Texto Fundamental.

Os regulamentos disciplinares foram impostos por meio de decretos federais (Forças Armadas) e estaduais (Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares) não podendo se sobrepor ou contrariar à Constituição em respeito à hierarquia das leis, preconizada pelo jurisfilósofo alemão Hans Kelsen.

Preocupado com esta discussão, a administração militar imediatamente adequou os seus procedimentos aos princípios constitucionais supra elencados, inserindo nos processos administrativos, estrita obediência aos ditames legais, como a ampla defesa e o contraditório, além do respeito ao princípio da legalidade.

Atento a esta realidade, no Amazonas, Projetos Legislativos já andam a passos largos na direção, não só de acolher formalmente estes princípios, mas também de modernizar e melhorar os diplomas disciplinares legais, com a inserção de punições mais humanas, realmente educativas, sem perder o rigor da obediência aos princípios basilares das corporações militares, a Hierarquia e a Disciplina.

Um desses Projetos de Lei é o que trata da regulamentação dos Procedimentos Administrativos Disciplinares, que agora incorpora não só as corporações militares, mas também todo o Sistema de Segurança Pública com a Polícia Civil e o Departamento Estadual de Trânsito, além do Projeto de Lei que trata do Regimento Disciplinar para estas organizações. Os referidos projetos de lei são frutos da recém criada Corregedoria Geral do Sistema de Segurança, através da Lei Estadual 3204/07, que engloba todos os entes do sistema de segurança pública, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Departamento Estadual de Trânsito.

## **2.2 – SANÇÕES DISCIPLINARES EM VIGOR**

No Amazonas, o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar (RDPMAM), serve a todos os militares estaduais, portanto, aplicável ao Corpo de Bombeiros Militar. Foi criado, como todos os Regulamentos Disciplinares dos estados, por meio de um Decreto do Executivo, e não coincidentemente, similar em todos os estados do país, herança do domínio militar no Brasil, nas décadas de 60 e 70.

O RDPMAM foi criado através do Decreto Estadual nº 4131 de 13 de janeiro de 1978 e dele se extraem princípios importantes da vida disciplinar da caserna. Semelhante ao das forças armadas, em especial ao do Exército, este regulamento

traz consigo, o rigor de conduta aplicado em especial somente aos militares, revelando a importância do absoluto controle interno do efetivo, chegando as vezes às raias da inconstitucionalidade de alguns de seus tipos, dado ao rigor do tratamento destinado ao militar.

Nele estão impingidos os princípios da autoridade militar e seu rigoroso controle, que ultrapassa, sempre, os muros dos quartéis, as horas do serviço, acompanhando o policial militar, inclusive nas suas horas de folga e de lazer. A atividade policial militar não se encerra com o término da escala de serviço. Estende-se onde e em qualquer momento que o policial estiver. A sociedade exige uma conduta diferenciada do policial militar, exige correção de atitudes, exige obediência às leis, exige o pronto atendimento nas mais diversas situações, exige desprendimento e conduta exemplar de cidadão. Quando este se envolve em alguma atitude irregular, mesmo na folga, a sociedade não o trata como o cidadão tal, trata-o como o policial militar Tal. Mesmo aqueles que foram expulsos da corporação, ao envolverem-se em ocorrências policiais comuns, a sociedade não o desvincula da sua antiga atividade e o chama de ex-policial militar.

No Estatuto do Pessoal da Polícia Militar do Amazonas (Lei 1154 de 09 de dezembro de 1975) está gravado em seu artigo 12 em diante:

## **CAPÍTULO II**

### **DA HIERARQUIA E DA DISCIPLINA**

**Art. 12. A hierarquia e a disciplina são a base institucional da Polícia Militar. A autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico.**

**§ 1º. A hierarquia policial-militar é a ordenação da autoridade em níveis diferentes, dentro da estrutura da Polícia Militar. A ordenação se faz por postos ou graduações; dentro de um mesmo posto ou de uma mesma graduação se faz pela antigüidade posto ou na graduação. O respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à seqüência de autoridade.**

**§ 2º. Disciplina é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo policial-militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico traduzindo-o pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo.**

**§ 3º. A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos em todas as circunstâncias da vida, entre Policiais Militares da ativa, da reserva remunerada e reformados.**

No Regulamento Disciplinar, de igual forma, a previsão dos princípios fundamentais do controle interno disciplinar militar está presente.

## **CAPÍTULO II**

### **PRINCÍPIOS GERAIS DA HIERARQUIA E DA DISCIPLINA**

**Art. 5º.** A hierarquia militar é a ordenação da autoridade em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas e das Forças Auxiliares por postos e graduações.

**Parágrafo Único.** A ordenação dos postos e graduações na Polícia Militar se faz conforme preceitua o Estatuto dos Policiais Militares.

**Art. 6º.** A disciplina policial-militar é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes do organismo policial-militar.

**§ 1º.** São manifestações essenciais de disciplina:

- 1) a correção de atitudes;
- 2) a obediência pronta às ordens dos superiores hierárquicos;
- 3) a dedicação integral ao serviço;
- 4) a colaboração espontânea à disciplina coletiva e à eficiência da instituição;
- 5) a consciência das responsabilidades;
- 6) a rigorosa observância das prescrições regulamentares.

**§ 2º.** A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos permanentemente pelos policiais militares na ativa e na inatividade.

### **CLASSIFICAÇÃO DAS TRANSGRESSÕES**

**Art. 19.** A transgressão da disciplina deve ser classificada, desde que não haja causas de justificação em:

- 1) Leve;
- 2) Média;
- 3) Grave.

**Parágrafo Único.** A classificação da transgressão compete a quem couber aplicar a punição, respeitadas as considerações estabelecidas no Art. 14.

No RDPMAM, são estabelecidos cinco tipos de penalidades administrativas, ainda em vigor:

## **PUNIÇÕES DISCIPLINARES**

### **CAPÍTULO VII**

#### **GRADAÇÃO E EXECUÇÃO DAS PUNIÇÕES**

**Art. 21. A punição disciplinar objetiva o fortalecimento da disciplina.**

**Parágrafo Único. A punição deve ter em vista o benefício educativo ao punido e à coletividade a que ele pertence.**

**Art. 22. As punições disciplinares a que estão sujeitos os policiais militares, segundo a classificação resultante do julgamento da transgressão, são as seguintes em ordem de gravidade crescente:**

- 1) advertência;**
- 2) repreensão;**
- 3) detenção;**
- 4) prisão e prisão em separado;**
- 5) licenciamento e exclusão a bem da disciplina.**

A Advertência, reprimenda verbal ao Infrator, destinadas aos principiantes e às faltas de menor potencial ofensivo;

A Repreensão, reprimenda formal ao infrator, passa a constar em seu histórico disciplinar, passando a contar pontos negativos, destinada a infrações de menor potencial ofensivo;

A Detenção, punição privativa de liberdade, pode ser cumprida no âmbito do quartel, não impede do infrator trabalhar normalmente, retornando depois da jornada. Destinada a infrações de classificação média e grave e é aplicada no máximo de 30 (trinta) dias;

A Prisão, punição restritiva de liberdade mais gravosa, onde o policial, de acordo com a pena aplicada pelo seu comandante, cumpre a restrição de liberdade em compartimento fechado, podendo ser no seu alojamento e nos casos mais graves, em celas denominadas “xadrez”, fazendo refeições no local do cumprimento da sanção e em regra, não cumpre escala de serviço. Destinadas às faltas mais graves, onde a aplicação desta sanção recomenda a retirada do policial militar do seio da tropa;

*"Quem perturba a tranqüilidade pública, quem não obedece às leis, quem viola as condições sob as quais os homens se mantêm e se defendem mutuamente, deve ser posto para fora da sociedade, isto é, banido." (Beccaria, op cit p59)*

Licenciamento ou Exclusão a Bem da Disciplina, sanção mais rigorosa prevista no ordenamento disciplinar. É a exclusão, ou expulsão, do policial militar do efetivo da corporação. Corresponde às infrações mais graves e críticas da Polícia Militar, onde o policial militar, pela sua conduta, pratica ato que o incompatibiliza, definitivamente com a atividade policial militar. O policial estável é excluído e o não estável é licenciado. Para este fim é destinado um Processo Administrativo Disciplinar rigoroso e em fiel obediência aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório e onde o funcionamento da defesa técnica é imprescindível em todos os atos do procedimento.

### **2.3 – A SANÇÃO DISCIPLINAR. ANALOGIA COM A SANÇÃO PENAL**

É óbvia a distância da transgressão disciplinar militar do crime militar, prevalente este, do juízo penal, daquele burocrático administrativo. Diferença essa mal compreendida, sendo responsável pela cumulação de penas – *non bis in idem*. São as duas consideradas infrações, com supremacia do crime penal, cuja sanção pode ensejar prisão.

A competência das sanções que restringem a liberdade é *a priori*, da alçada do ordenamento jurídico penal, entretanto também o é pela esfera do Regulamento Disciplinar Militar prevendo sanções prisionais, porém, a privação de liberdade, hodiernamente, é a sanção mais danosa, a que um ser humano está sujeito.

Analisando analogicamente a questão, verificamos que a sanção penal privativa de liberdade, dado ao seu alto grau de penalização, aos poucos está sendo utilizada somente em casos extremos, onde a liberdade do acusado garante o bom andamento do ordenamento jurídico, garante a integridade das partes, testemunhas e até do próprio acusado, porque não? A restrição da liberdade em campo de

sanção disciplinar vai além dos princípios do direito criminal, onde a primariedade, o bom comportamento, trabalho e endereço fixo, não prevalecem para a não aplicação da sanção. Na esfera disciplinar militar, o bom exemplo deve ser mostrado a toda tropa. A rigorosa obediência à disciplina militar, exige conduta exemplar e ilibada do policial, não só para a sociedade, mas também para com seus pares, superiores e subordinados. Por esses fatores, a restrição da liberdade na punição disciplinar ganhou aspectos de exceção na Carta Magna, conquistando local de destaque num dos principais artigos da Constituição, em seu artigo 5º LXI – *Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.*

A sanção restritiva de liberdade na esfera disciplinar é alvo de discussão em vários campos do direito e em via de regra, é condenada pelos doutrinadores liberais que entendem que a prisão, por ser atitude extrema a ser tomada pela autoridade militar, deve respeitar analogicamente as leis comuns, que a prevê como o último recurso e em situações previamente definidas, não comportando sua aplicação no seio disciplinar militar.

Portanto, especialmente no seio da tropa, é comum um sentimento de antipatia contra tal tratamento, o que tem gerado manifestações favoráveis a substituição de penas privativas de liberdade por penas pecuniárias ou por serviços extras.

## **2.4 – PESQUISAS E PROPOSTAS DE NOVAS PENALIDADES**

Policiais Militares de outros estados também se interessaram pelo Tema da Penalidade Disciplinar Militar, no ano de 2000, no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Academia de Polícia Militar Edgard Facó, no Estado do Ceará, pinçamos a Monografia dos Capitães da PM do Acre Jorge Furtado Correa e Jaime Tavares Nascimento, que pesquisaram a aplicabilidade ou não da punição disciplinar de Prisão oferecendo ainda novas penalidades administrativas.



Uma das sugestões era a punição disciplinar pecuniária. Esse tipo de punição já tinha sido aplicado, na Guarda Civil de São Paulo, do Rio de Janeiro dentre outros. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) há muito tempo já prevê a *suspensão* como forma de sanção disciplinar, visto que na falta ao serviço, o trabalhador vê descontado o dia faltado.

Conforme dados estatísticos da referida pesquisa monográfica realizada nos Estados do Amapá e Ceará, verificamos que:

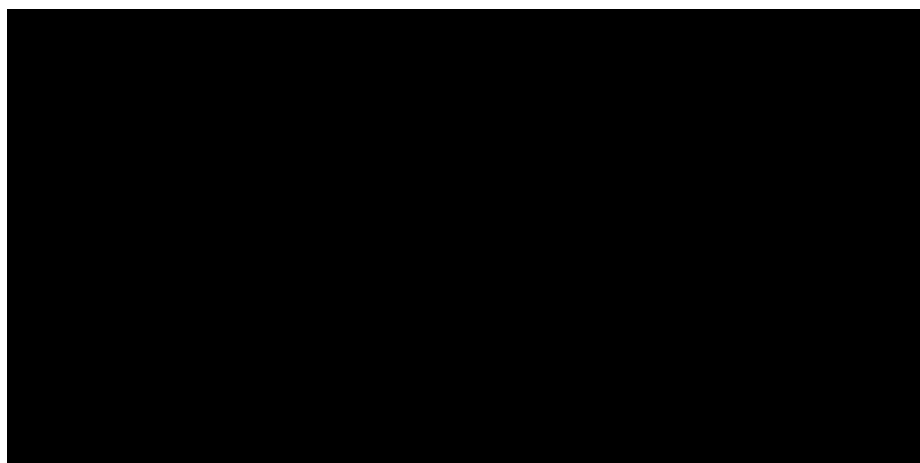
a) **Pena pecuniária:**

Consiste no desconto na remuneração do policial militar, de valor pecuniário referente a pagamento de determinada falta disciplinar. Este valor seria limitado mensalmente para que esta punição não interfira de maneira cruel na renda familiar do policial militar. Seria uma das sanções mais graves a serem impingidas ao PM e, portanto deveria ser detalhadas com os maiores critérios possíveis para evitar abusos, injustiça e perseguições por parte dos superiores.

Vejamos a seguir como foi a recepção dos policiais militares do Amapá e do Ceará referentes ao assunto:

No Ceará:

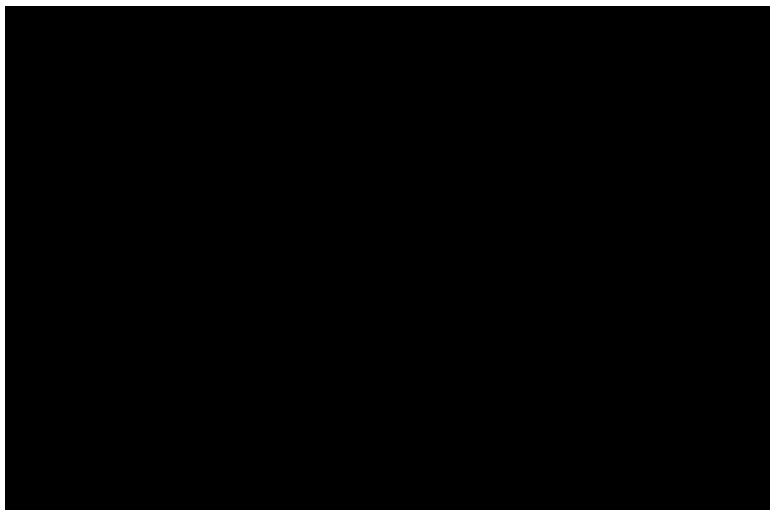
**GRÁFICO 01**



Fonte: Cap PMAC Jorge Furtado Correa e Jaime Tavares Nascimento. APMGEF-CAO 2000

No Amapá:

GRÁFICO 02



Fonte: Cap PMAC Jorge Furtado Correa e Jaime Tavares Nascimento. APMGEF-CAO 2000

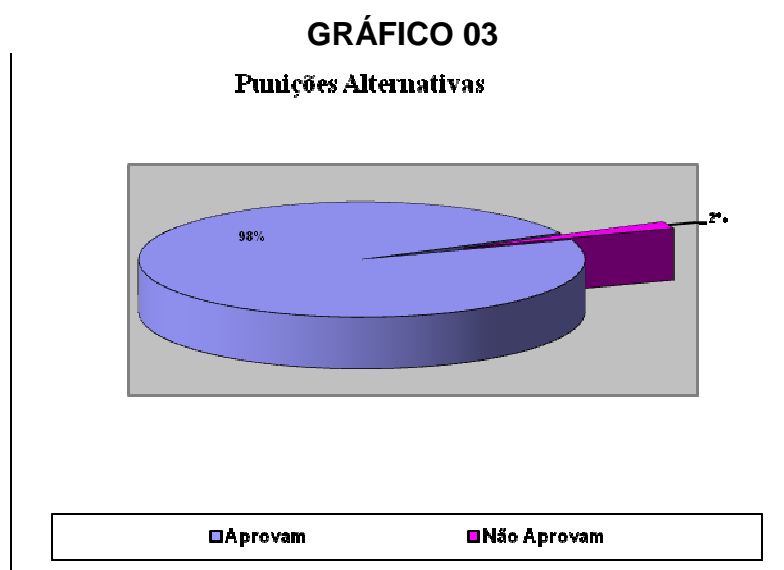
#### b) **Penas Alternativas**

Consiste na aplicação de punições disciplinares alternativas como, por exemplo, a prestação de serviços à comunidade, em vez de deixar o policial militar confinado aos muros do quartel, ou então dobrando serviço, como é comum nas polícias militares do Brasil. Este tipo de punição disciplinar tem como fatores positivos, a simpatia por parte da comunidade ao ver o policial, que em vez de ser punido “*intramuros*”, este prestaria diversos serviços a comunidade como palestras educativas, ajuda em hospitais e outras entidades carentes como asilos, creches dentre outros, em seu período de folga; outro ponto positivo seria a educação do policial militar em atividades engrandecedoras e socialmente corretas. Ele estaria satisfeito visto que não ficaria restrito no quartel e estaria fazendo um bem a sociedade, sendo ele, reconhecido pela entidade a que prestou o serviço.

É bom que se ressalte que esta punição disciplinar tem muito mais a função de recompensar o infrator pela sua primariedade, oferecendo a prestação de serviço comunitário do que realmente castigá-lo, dado a natureza leve da infração.

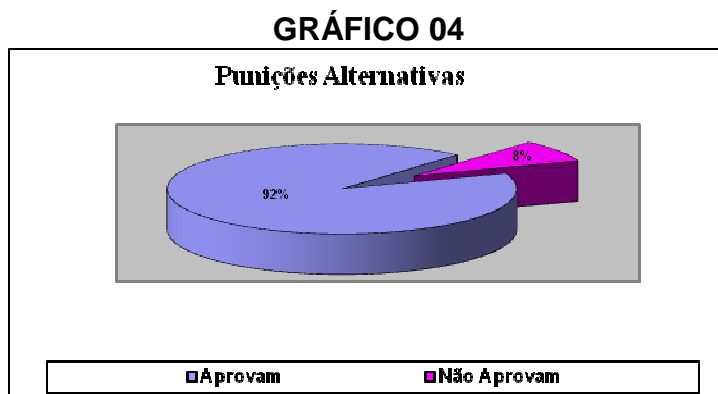
Vejamos como reagiu o pessoal das Polícias Militares do Ceará e Amapá, neste assunto:

No Ceará:



Fonte: Cap PMAC Jorge Furtado Correa e Jaime Tavares Nascimento. APMGEF-CAO 2000

No Amapá:

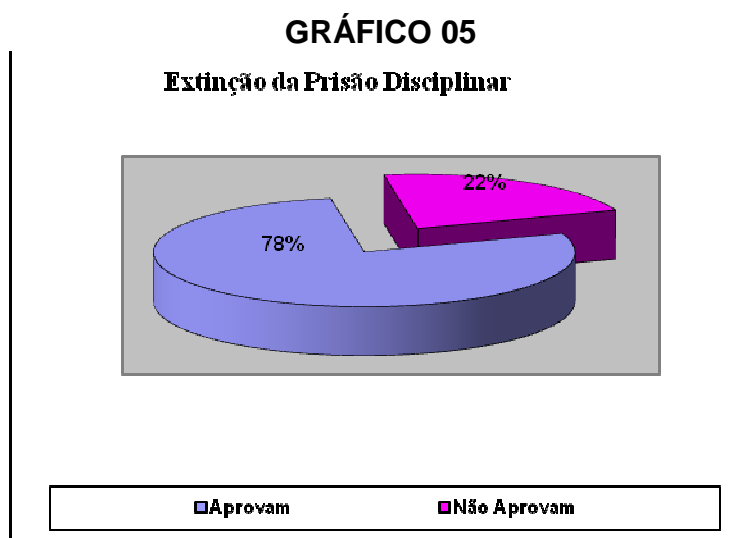


Fonte: Cap PMAC Jorge Furtado Correa e Jaime Tavares Nascimento. APMGEF-CAO 2000

### c) **Extinção da Prisão Disciplinar**

A proposta consiste em abolir a punição disciplinar de prisão, visto que desta forma resgataria a dignidade dos policiais militares eventualmente punidos com esta forma de sanção. A semelhança dessa punição com os presos penais os tende a igualá-los, o que não refletiria a verdadeira função da punição disciplinar militar.

Os policiais militares do Ceará e Amapá reagiram como um todo a essa inquisição:



Fonte: Cap PMAC Jorge Furtado Correa e Jaime Tavares Nascimento. APMGEF-CAO 2000

Com a divulgação desses resultados e acompanhando a tendência atual da segurança pública, é de bom alvitre que se analise os presentes dados para a adoção de uma postura única referente às polícias militares e seus membros em todo o Brasil, principalmente os seus direitos e deveres que devem ser universais.

Enquanto a transgressão lesiona diretamente ou mediatamente o serviço e disciplina, daí o conteúdo ser a regra de conduta (Regulamento Disciplinar) de uma corporação, malferindo a ordem interna, sem vítima, uma mera criação legal, cujo escopo é a correção do transgressor e a manutenção da disciplina, o crime por sua vez, protege bens maiores e mais significativos como a vida, a propriedade, a liberdade dentre outros, tem rito mais formal e sanções mais gravosas, como a prisão.

Delitos ambos, sim, mas de natureza, constituição e destinos divergentes, não sendo conveniente e apropriado serem tratados com sanções paralelas, “*mutatis mutandis*”, modificando o que deve ser modificado, no caso, o emprego de formas mais homeopáticas e educadoras, do que a impropriedade da restrição da liberdade.

Para os indisciplinados incorrigíveis e contumazes a expulsão, com ampla defesa e o contraditório é o melhor remédio, visto que não há punição pior para um servidor, do que a perda de seu trabalho, de sua função, do seu sustento. Ao servidor irrecuperável, a sanção da expulsão, é o extremo das sanções, portanto, esta deve ser a mais gravosa, das sanções administrativas. Outros mecanismos de controle já foram experimentados na área penal, e revelou benefícios, não só para o infrator, mas como também para a sociedade, como um todo. Exemplo eficaz é a prestação de serviços, instituição amplamente consagrada, principalmente depois do advento da Lei 9099/95, a Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais. A diferença não é de grau; é de substância, portanto, não devemos tratar as duas esferas com igualdade. Os *Bens* protegidos das normas são diferentes e, portanto não devem ter tratamentos semelhantes.

O atual sistema de controle disciplinar militar, objeto de nossa pesquisa, merece esta reflexão, a Polícia Militar do Amazonas experimenta uma fase de renovação em sua legislação peculiar em todos os setores e a oportunidade é agora de mudarmos as feições da punição disciplinar, tornando-a mais justa, educativa e benéfica, não só ao Infrator, às nossas corporações, mas também à nossa sociedade, que nos sustenta e é objeto de nossa existência.

## **CAPÍTULO III**

### **PUNIÇÕES DISCIPLINARES: O QUE DE NOVO PODE SER INSERIDO - VANTAGENS E DESVANTAGENS**

Acompanhando a doutrina emanada das Nações Unidas, onde se prevê que a prisão deve ser a ultima alternativa para tratamento de delinqüentes, considerando que as penas substitutivas da prisão, podem constituir um meio eficaz de tratar estes delinqüentes no seio da sociedade,, tanto no interesse do infrator, quanto no da sociedade, como nós, servidores públicos responsáveis pela segurança e incolumidade das pessoas, podemos tratar disciplinarmente nossos infratores disciplinares, com a mais cruel das privações, a da liberdade? Não podemos ficar atrelados a um passado que acolhia este tipo de sanção administrativa. A sociedade é dinâmica, o direito é dinâmico. Precisamos sim, de medidas modernas, eficazes no combate a indisciplina dentro dos quartéis das nossas polícias militares. Aos primários todos os esforços para sua educação ou reeducação. Aos contumazes indisciplinados, a punição da expulsão. Na função que estamos não podemos contar ao nosso lado, policiais que ensejam a desconfiança e insegurança da indisciplina, a sociedade não quer isso.

No tratamento dos ressociáveis, podemos empregar todos os esforços no sentido de sua correção, desde aconselhamento informal, por advertências formais com perda de pontos de sua classificação disciplinar, passando pela punição pecuniária, e quando o problema apresentado pelo policial for psicológico ou comportamental, submetia-o a tratamento médico especializado.

A punição com a privação da liberdade é reservada aos criminosos de alta periculosidade, aos infratores irremediáveis da disciplina, aos policiais com desvios de conduta e de caráter, nocivos ao convívio social da tropa, à segurança pública; A sanção administrativa tem por finalidade última a correção do infrator e a manutenção da disciplina na tropa.

Na punição de prestação de serviços a comunidade, a participação da coletividade deve ser encorajada, porque constitui um recurso importante e um dos meios mais importantes de reforçar laços entre os infratores submetidos a sanções não privativas de liberdade e as suas famílias e a comunidade. Esta participação deve completar os esforços dos serviços encarregados do controle disciplinar dos membros da corporação.

Quanto à compreensão e cooperação por parte do público, deve se fazer tudo para informá-lo sobre a importância do seu papel na aplicação das medidas. A coletividade, através das instituições agraciadas, deverá fazer o *feed back* para a corporação, visto que estas sanções devem surtir o efeito para que se destinam, senão correm o risco de tornarem-se ineficazes.

Como já dissemos anteriormente, no Amazonas foi criada a Corregedoria Geral do sistema de Segurança Pública, e com ela, renasceram os ânimos da modificação e modernização de nossas legislações disciplinares. Com este passo, a expectativa é que nasçam diplomas legais mais legítimos e adequados à nova realidade. Passamos a ter um controle externo às corporações, o que de certo trará mais confiança tanto para quem recorre à correição, bem como, isenção para quem julga e avalia.

As modificações sugeridas oferecem um maior controle disciplinar dos servidores do sistema abrangendo desde o oferecimento de um Termo de Ajustamento de Conduta (sem punição = acordo), passando por um controle patrimonial dos servidores chegando à punição mais imediata, com a adoção do Auto de Infração Disciplina para os militares estaduais, resguardando a disciplina militar em sua natureza rígida e rigorosa.

## 3.1. Vantagens

### 3.1.1. Ao Estado

- O custo da punição de prestação de serviços é muito inferior se comparado ao ócio e a letargia da punição de privação de liberdade, onde o punido além de estar *produzindo*, não tem custos administrativos nem se constitui mais uma obrigação da guarnição de serviço em velar pela sua permanência no quartel.
- Através de convênios com outros órgãos do Estado, o infrator pode prestar serviços, auxiliando no melhor desempenho de suas atividades, servindo de mão de obra gratuita em escolas públicas, hospitais, creches, entre outras entidades.
- As punições de prestação de serviços possibilitam a individualização da sanção disciplinar, previstos em nossos regulamentos, de uma maneira mais eficiente.
- O Termo de Ajustamento de Conduta – aplicado em infrações de menor potencial ofensivo, oferece ao infrator uma chance de modificar sua conduta, corrigindo-a, sem que haja prejuízos na sua carreira.
- Em pesquisa análoga, efetuada pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCrim, através do Sr. Sérgio Shecaira, chegou-se a conclusão de que as penas alternativas geram menos reincidência. Na esfera criminal, em Porto Alegre, no ano de 1993, de todos os penalizados com a prestação de serviços, apenas 12,54% reincidiram, contra uma média nacional de 48%, daqueles que não foram beneficiados com o instituto, no mesmo período<sup>1</sup>. Fatores estes que ensejam os aspectos disciplinares positivos, benéficos à Polícia Militar.

---

<sup>1</sup> SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Implementação de Programas de Prestação de Serviços à Comunidade**. São Paulo: IBCCrim, 1998, p. 09.



- A prestação de serviços gera para a Corporação um marketing positivo junto a Comunidade, visto que a atitude é simpática tanto para essa comunidade, quanto para o infrator.
- O Auto de Infração Disciplinar proporciona uma efetiva prestação correcional para as questões mais graves, que ensejem a imediata aplicação de punição disciplinar, na proteção à disciplina militar.

### **3.1.2. À Comunidade**

- A instituição que recebe um prestador de serviços beneficia-se na medida que dispõe de mão de obra gratuita que lhe proporciona um melhor desempenho de suas atividades, além disso pode contar com serviços qualificados com pessoas de elevado nível de instrução.
- Entidades sociais ou de caráter filantrópico também podem receber prestadores de serviço, desde que desempenhem atividades de interesse público.

### **3.1.3. Ao Infrator**

- O maior benefício ao punido é sem dúvida a correção de sua infração em liberdade, permitindo que se mantenha contato com outras pessoas, gerando um convívio social saudável durante o cumprimento da punição, excetuando-se aquelas mais graves, mais raras, onde a prestação disciplinar deve ser feita imediatamente.
- As chances do prestador de serviços voltar a infracionar são muito menores. Geralmente a sua falta é de natureza leve ou média, portanto sugere que seja passível desse benefício.

- Na prestação de serviços à comunidade o infrator punido tem a sensação de estar sendo útil à sociedade, e ele vê os resultados de forma gratificante e positiva, incentivando-o inclusive, a prestar outros serviços voluntários e no maior engajamento nos serviços da sociedade.

### **3.2. Desvantagens**

- Na sanção de prestação pecuniária um fator que pode ser reconhecido como negativo, é a influência da punição na renda familiar do infrator, visto que, mesmo sendo a sanção limitada por uma certa cota da remuneração do policial militar, de uma forma ou de outra esta prestação incidirá no orçamento da família. Portanto essa punição deve ser reservada a infrações mais graves, onde a advertência, ou repreensão, ou prestação de serviços não for recomendada.
- Os benefícios das penalidades propostas podem ser aplicados sem o devido enquadramento e justiça, ou seja, pode ser conduzidas para os amigos e negada para os não amigos. Aos amigos os favores e aos inimigos, os rigores da lei.

## **CAPÍTULO IV**

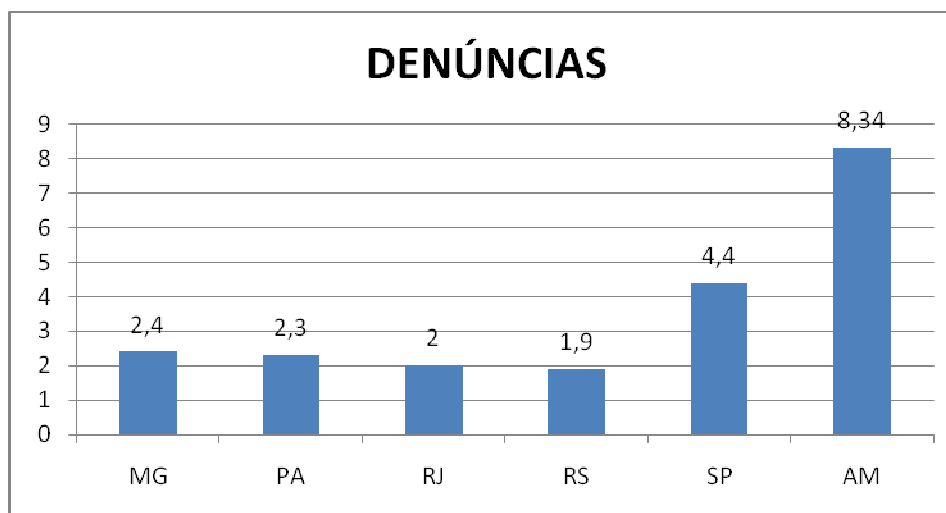
### **DADOS CORRECIONAIS DA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS E OUTROS ESTADOS**

Baseado nos dados estatísticos oferecidos pela obra “Quem Vigia os Vigias” de Julita Lemgruber, Leonarda Musumeci e Ignácio Cano, e com os dados estatísticos coletados na Corregedoria Geral da Polícia Militar do Amazonas no mesmo período, passamos neste capítulo a contextualizar o Estado do Amazonas ao panorama nacional, observando suas características e peculiaridades.

Da obra de Lemgruber e outros, destacamos alguns valores que julgamos relevantes e comparamos com os dados coletados junto à Corregedoria Geral da Polícia Militar.

#### 4.1 – DENÚNCIAS POR CORPORAÇÕES

Gráfico 6 – Média mensal de denúncias por mil policiais.



Fonte: Relatório das Ouvidorias de Polícia: Minas Gerais: set/1998 a jul 1999 e jan – mar/2000 (denúncias); Pará jan – dez/2000 (denúncias); Rio de Janeiro: mar: 1999 a mar/2002 (denúncias); Rio Grande do Sul: ago/1999 a out/2001 (denúncias); São Paulo: Jan/1998 a dez/2001 (denúncias); COREG/PM Amazonas: Jan/2007 a dez/2007 (denúncias).

O Quadro acima revela dados surpreendentes para a região. O Amazonas aparece com o maior índice de denúncias por mil policiais no ano de 2007, com o índice de 8,34 denúncias. Este resultado é reputado principalmente a confiança que a sociedade tem nos mecanismos de controle, onde faz com que as vítimas procurem a Corregedoria Geral da Polícia Militar para resolver suas questões e queixas.

Não há, obviamente, de se comparar os números de denúncias no Estado do Amazonas com grandes centros como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, dado suas peculiaridades sociais e políticas, porém os dados revelam que no Amazonas, a população confia e denuncia, desde aos mais simples desvio de conduta até os mais graves envolvimento de policiais com atividades criminosas organizadas.

## 4.2 – NATUREZA DAS DENÚNCIAS

Distribuição das denúncias contra policiais militares recebidas pelas ouvidorias ou organismo similar, segundo a natureza das denúncias em porcentagem.

**TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DE DENÚNCIAS POR NATUREZA EM %**

Natureza	MG	PA	RJ	RS	SP	AM
Abuso de autoridade	59,4	30,4	10,4	30,9	12,9	7,0
Violência policial	15,1	41,3	25,9	25,6	33,5	26
Corrupção	4,2	4,7	29,4	4,4	7,7	6
Infração Disciplinar	2,9	-	-	3,5	16,7	25
Qualidade do Serviço	6,2	0,1	17,2	2,1	13,9	-
Envolvimento com o crime	0,2	-	4,3	0,8	2,3	14,4
Outros	11,9	23,5	12,8	32,7	13,2	21,6
TOTAL	100	100	100	100	100	100

Fonte: Relatório das Ouvidorias de Polícia: Minas Gerais: set/1998 a jul/1999 e jan – mar/2000 (denúncias); Pará jan – dez/2000 (denúncias); Rio de Janeiro: mar/1999 a mar/2002 (denúncias); Rio Grande do Sul: ago/1999 a out/2001 (denúncias); São Paulo: Jan/1998 a dez/2001 (denúncias); COREG/PM Amazonas: Jan/2007 a dez/2007 (denúncias).

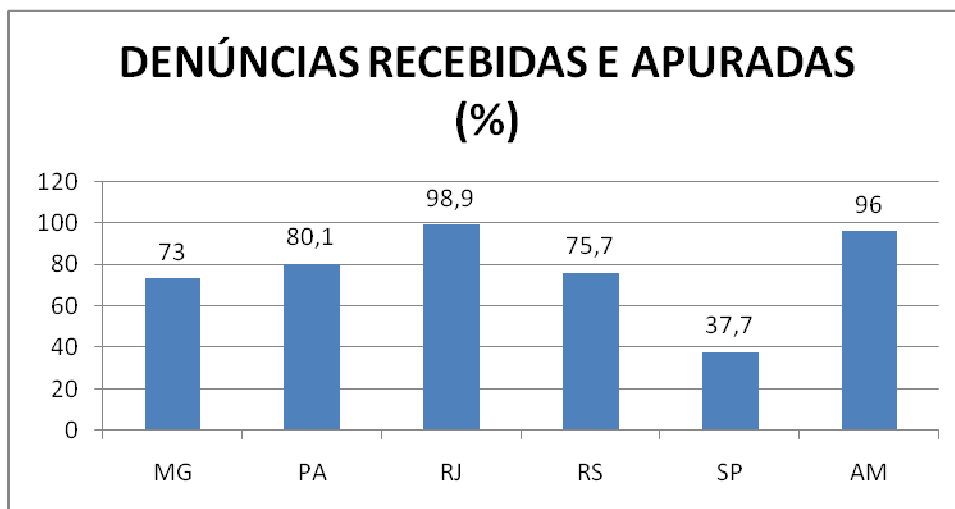
Revela-se o índice de policiais envolvidos com a prática de crimes no Amazonas bem superior aos demais estados. Verificamos ainda, nesses dados, o reflexo da confiança na sociedade em denunciar seus infratores e a certeza da apuração, como podemos verificar no próximo quadro, onde 93% das denúncias não são arquivadas, sendo objeto dos mais diversos tipos de apurações disciplinares

## 4.3 – INVESTIGAÇÕES E PUNIÇÕES

Gráfico 2 – Porcentagem de denúncias recebidas e apuradas.

O Quadro abaixo revela o alto índice de comprometimento das instituições com a apuração das denúncias recebidas no Estado do Amazonas.

Gráfico 7



Fonte: Relatório das Ouvidorias de Polícia: Minas Gerais: set/1998 a jul 1999 e jan – mar/2000 (denúncias); Pará jan – dez/2000 (denúncias); Rio de Janeiro: mar: 1999 a mar/2002 (denunciados); Rio Grande do Sul: ago/1999 a out/2001 (denunciados); São Paulo: Jan/1998 a dez/2001 (denunciados); COREG/PM Amazonas: Jan/2007 a dez/2007 (denúncias).

Em relação aos demais estados, verificamos que o Amazonas apura 96% das denúncias formuladas, sendo que os 4% restantes referem-se a denúncias com dados insuficientes para a apuração, revelando um excelente índice, comparando os demais estados mais populosos e desenvolvidos, o que traz um grande alento ao Sistema de Controle Disciplinar no Amazonas.

## **CAPÍTULO V**

### **METODOLOGIA DA PESQUISA UTILIZADA**

#### **5.1.1 - TIPO DE PESQUISA**

##### **a) Quanto aos fins:**

A pesquisa é explicativa, aplicada e intervencionista, dado as características do problema a ser examinado.

##### **b) Quanto aos meios:**

Foram utilizados os seguintes métodos de investigação: Pesquisa de campo, bibliográfica, pesquisa-ação e estudo de caso.

A posição do Autor na função de Corregedor Geral da PMAM possibilitou o acompanhamento da evolução do sistema de controle disciplinar da Polícia Militar desde o ano de 2005 até o presente período, com o banco de dados próprio, obedecendo os princípios do método de pesquisa-ação.

### **5.1.2 – UNIVERSO E AMOSTRA**

O universo da pesquisa de campo foi todo o efetivo da Polícia Militar do Amazonas, com cerca de 7500 homens e mulheres, e a amostra selecionada foi de Comandantes de Unidades Operacionais da capital, acrescentando-se o Comandante Geral, o Subcomandante Geral, o Chefe do Estado Maior Geral e os Comandantes de Policiamento Intermediários, acrescentando-se a estes o Corregedor Geral do Sistema de Segurança Pública, Delegados da Polícia Civil do Amazonas, oficiais da Reserva da Polícia Militar do Amazonas e Servidores do Sistema de Segurança Pública.

A metodologia utilizada pretende analisar as opiniões sobre as questões dos sujeitos atores do controle disciplinar: Comandantes, comandados e autoridades civis envolvidas no controle disciplinar da Corregedoria Geral do Sistema de Segurança Pública e da Polícia Civil do Estado.

### **5.1.3 – SELEÇÃO DE SUJEITOS**

Os sujeitos da pesquisa foram os Comandantes de Unidades Operacionais da capital, pois são estes oficiais os de maior responsabilidade na condução da política disciplinar da corporação que são os dirigentes de maior responsabilidade e ainda pelo aspecto mais relevante, são estes os aplicadores e avaliadores das punições disciplinares, os que melhor podem expressar a qualidade de sua tropa em termos de produção nos serviços de segurança e o nível de disciplina de sua unidade. Foram ouvidos através de questionário uma amostra representativa de policiais militares das mais diversas graduações principalmente a de Soldados PM, no sentido de demonstrarem suas opiniões, e ainda foram ouvidos servidores civis do Sistema de Segurança Pública, como Delegados, Escrivães, Servidores e



autoridades da Secretaria e da Corregedoria Geral do Sistema de Segurança Pública que responderam em questionário padrão, às principais questões de interesse geral referentes ao tema do presente trabalho.

#### **5.1.4 – COLETA DE DADOS**

Para a construção e execução da pesquisa foram aplicados questionários à amostra indicada, com questionamentos a respeito da situação disciplinar de seus comandados bem como a opinião de (praças) sobre o assunto e ainda de autoridades civis do Sistema de Segurança Pública que lidam com o problema.

Foram ainda pesquisados, os números absolutos de denúncias contra policiais militares classificados por unidades onde servem na capital no ano de 2007, analisando comparativamente o crescimento das ocorrências praticadas por policiais militares, com dados fornecidos pela Corregedoria Geral da PMAM.

#### **5.1.5 – TRATAMENTO DOS DADOS**

Os dados com os quais trabalhamos ora são objetivos ora serão subjetivos, através do levantamento dos dados dos questionários e respostas das entrevistas. Sendo que os dados objetivos são tratados por uma medida estatística apropriada e os subjetivos através de análise e comparação com as opiniões generalizadas em conjunto com a bibliografia pesquisada, corroborada pelos especialistas consultados.

Ao final serão expostos e analisados todos os resultados obtidos e serão formuladas as principais resoluções possíveis para a questão.

## **CAPÍTULO VI**

### **RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO**

Para dar sustentação à Dissertação, foi feita uma pesquisa de campo tendo como amostra 187 (cento e oitenta e sete) policiais da Polícia Militar do Amazonas sendo 38 oficiais, 149 (cento e quarenta e nove praças e 16 (dezesseis) autoridades civis.

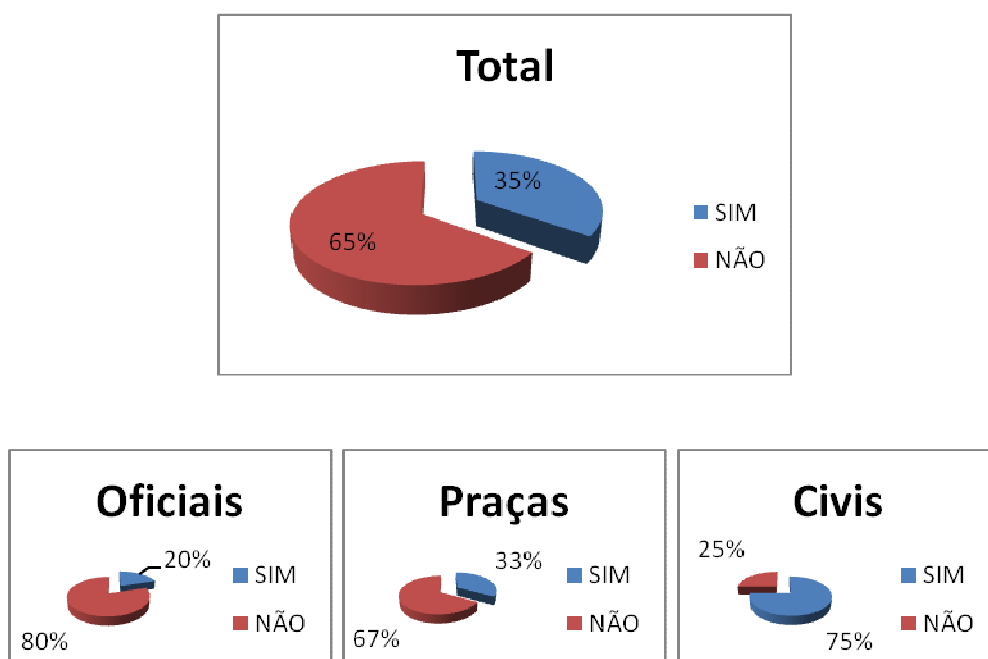
O questionário que elaboramos contou com 18 (dezoito) perguntas, para cada conjunto de entrevistados (oficiais, praças e civis), sendo 16 (dezesseis) para respostas objetivas para marcar com “X”, sem justificativas obrigatórias e 2 (duas) questões subjetivas.

A seguir verificamos os dados coletados:

**1. Em sua opinião o sistema atual de controle disciplinar é adequado para a realidade da PMAM?**

Em toda a pesquisa, foi constatado que 65% dos entrevistados consideram que o atual sistema não é adequado a realidade da PMAM. A observação que fazemos é que as autoridades civis entrevistadas têm opinião contrária com resultado de 75%, talvez pela falta de maior convivência com o assunto.

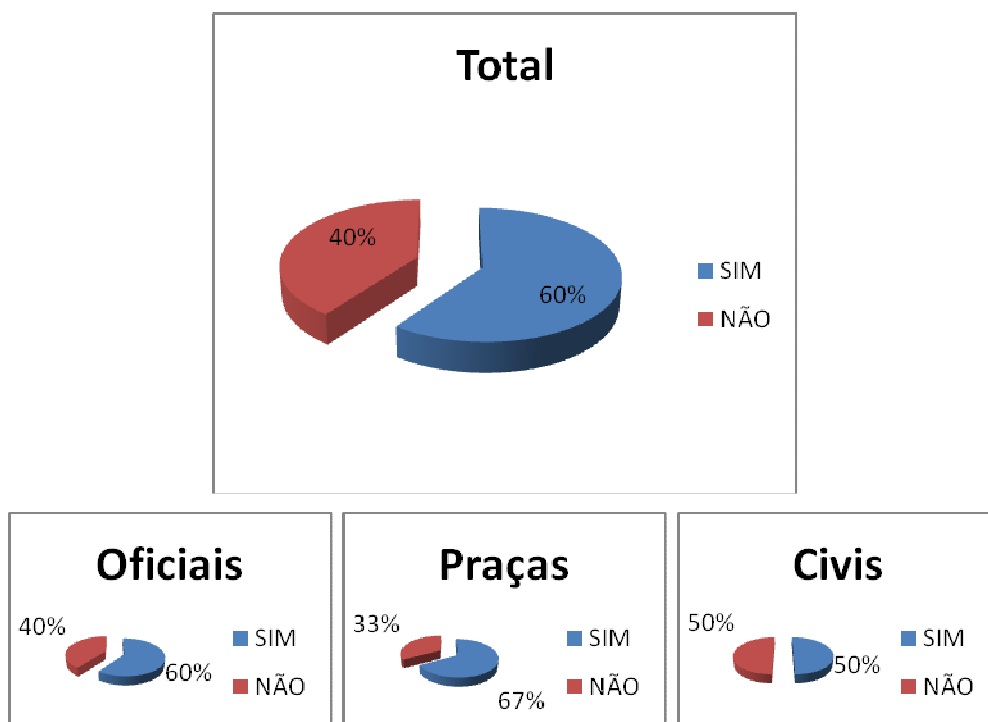
**Gráfico 8**



**2. O Sr acha que a punição disciplinar privativa de liberdade deve ser aplicada aos policiais militares que cometem transgressão grave?**

60% de todos os entrevistados relataram que sim e 40% responderam que não, com destaques para os praças que defendem essa punição com 66,7% das intenções, o que demonstra que estes concordam que a punição disciplinar restritiva de liberdade deve ser aplicada aos delitos mais graves.

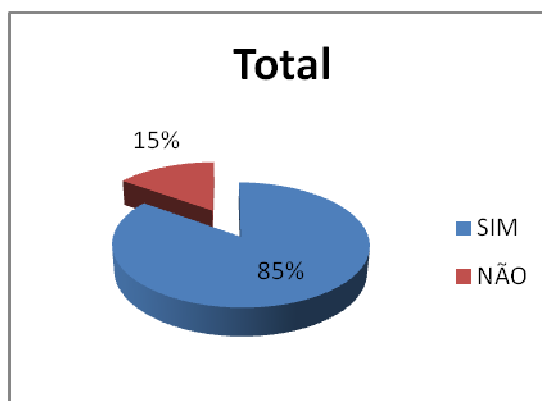
**Gráfico 9**

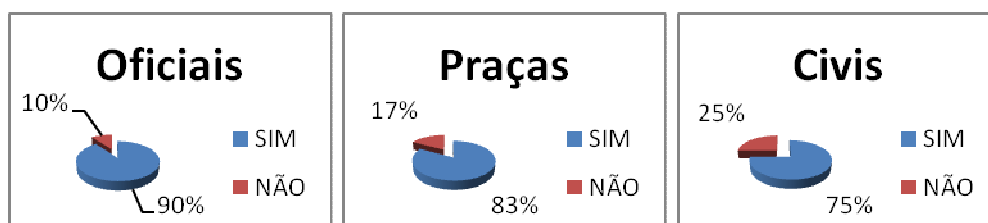


**3. O PM que desrespeita o seu superior ou subordinado deve ser punido imediatamente ou não?**

85% dos entrevistados disseram sim, com ênfase para os oficiais que demonstraram 90% de intenções para a afirmativa.

**Gráfico 10**

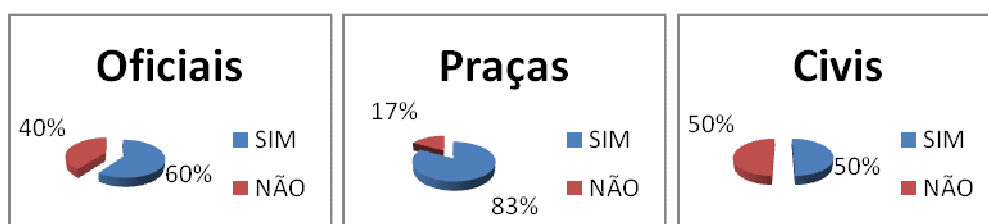
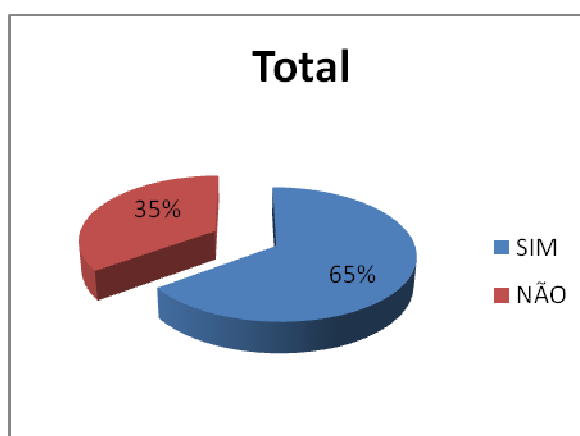




**4. A transgressão cometida à frente de tropa, civis ou autoridades devem ser punidas de imediato?**

65% dos entrevistados marcaram sim, o que demonstra a concordância com a aplicação rápida da punição disciplinar ao infrator, com destaque para os 83,4% de praças que disseram sim.

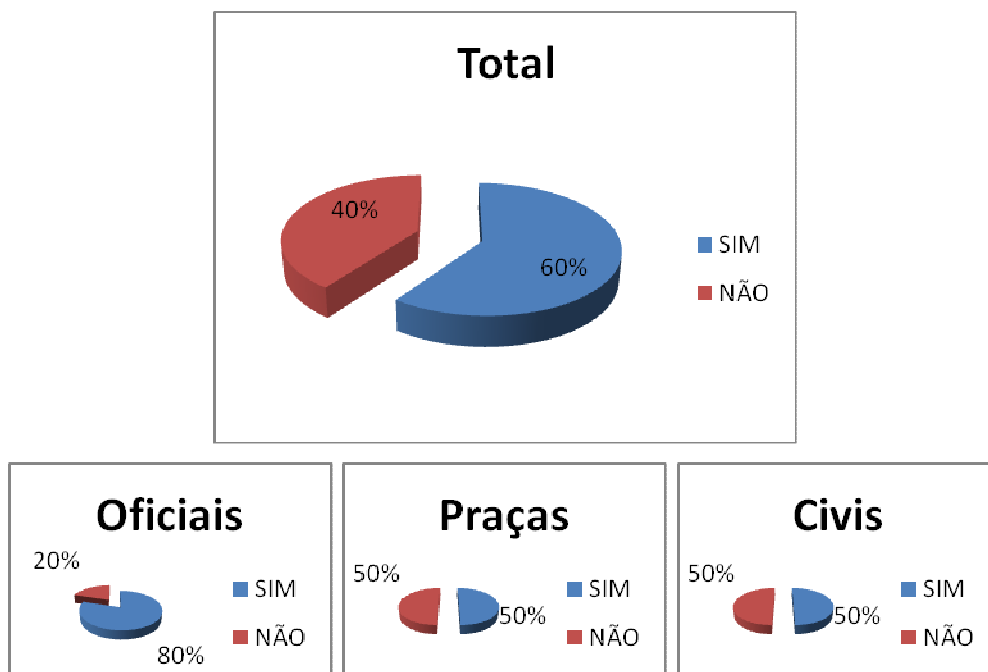
**Gráfico 11**



**5. Em sua opinião, a punição disciplinar de desconto de parte do salário inibiria a prática de transgressões disciplinares?**

60% dos entrevistados entendem que sim, que a prestação pecuniária seria benéfica para o controle disciplinar, com ênfase aos 80% de oficiais que disseram sim à punição pecuniária.

Gráfico 12



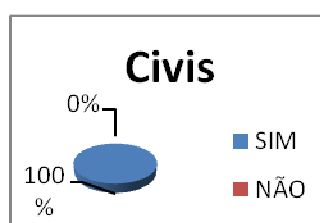
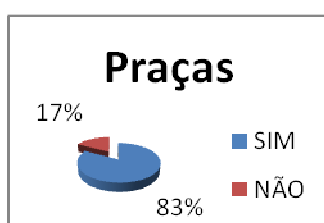
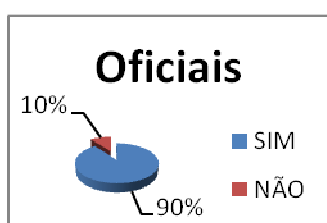
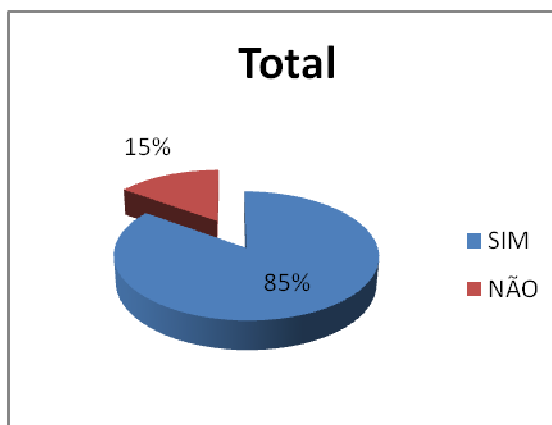
**6. Em sua opinião, que fatores levam o PM a cometer infrações disciplinares ou crimes?**

Das respostas sugeridas, as de fator externo, a predominante é que a sensação de impunidade e a falta de fiscalização das atividades policiais motivam o cometimento de infrações; as de fator interno sugerem que a má índole é o fator causador das infrações.

**7. Em sua opinião o Sr acha necessário que se modifique o sistema de controle disciplinar atual para a PM?**

85% dos entrevistados disseram que sim, com destaque para os civis, que 100% responderam que o sistema deveria ser modificado.

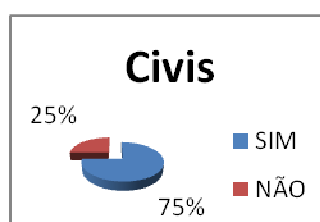
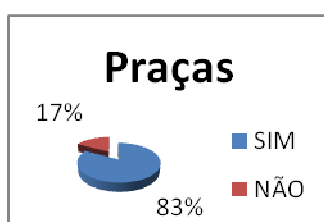
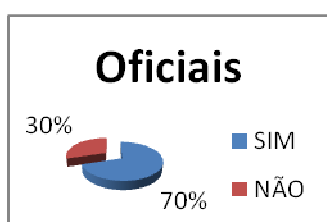
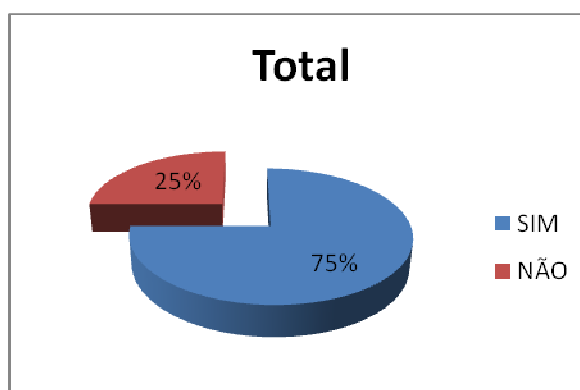
Gráfico 13



**8. O Sr. concorda com a aplicação de punições disciplinares não restritivas de liberdade como a prestação de serviços à comunidade ou similar?**

75% dos entrevistados disseram que sim, com ênfase especial aos 84% de praças que afirmaram que a nova modalidade de sanção seria benéfica para a Corporação.

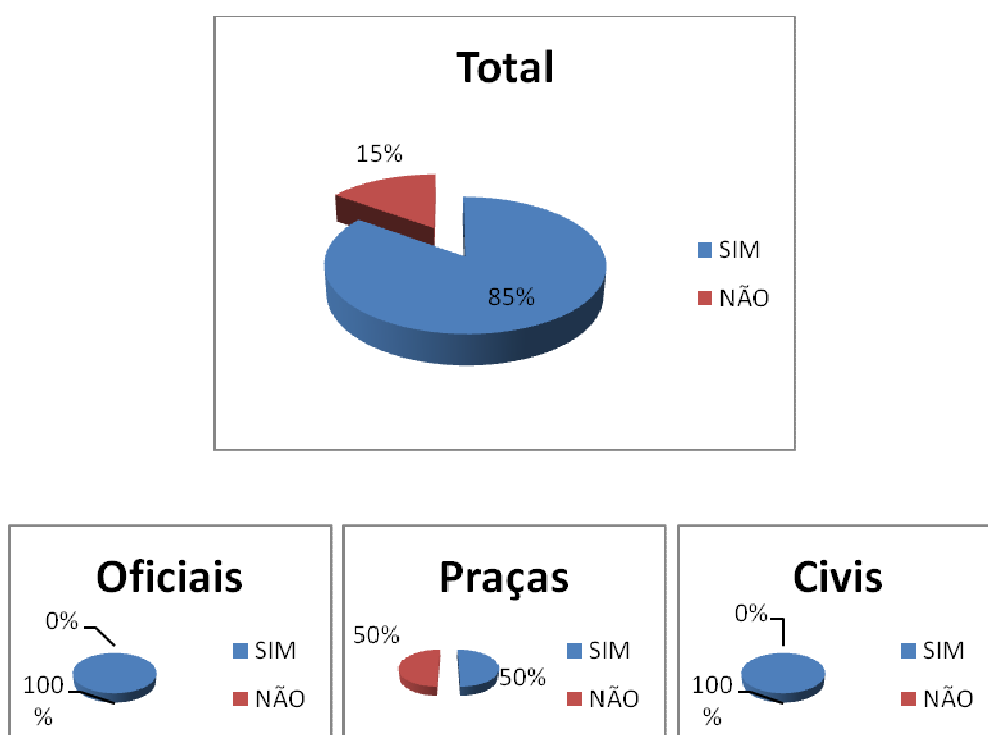
**Gráfico 14**



9. Na sua percepção/opinião, a desagregação social, os problemas familiares, as desigualdades sócio-econômicas, deficiência na legislação interna e do sistema de controle social da PMAM, contribuem para o cometimento de desvios praticados por seus integrantes?

85% dos entrevistados disseram que sim, sendo que, destes, 100% dos oficiais e civis, enquanto que os praças se dividiram igualmente entre o sim e o não.

**Gráfico 15**



10. O tratamento dado aos desvios cometidos é igual para oficiais e praças?

Uma unanimidade: 100% dos entrevistados concordam que os oficiais são privilegiados em relação às punições disciplinares. Este dado revela fato

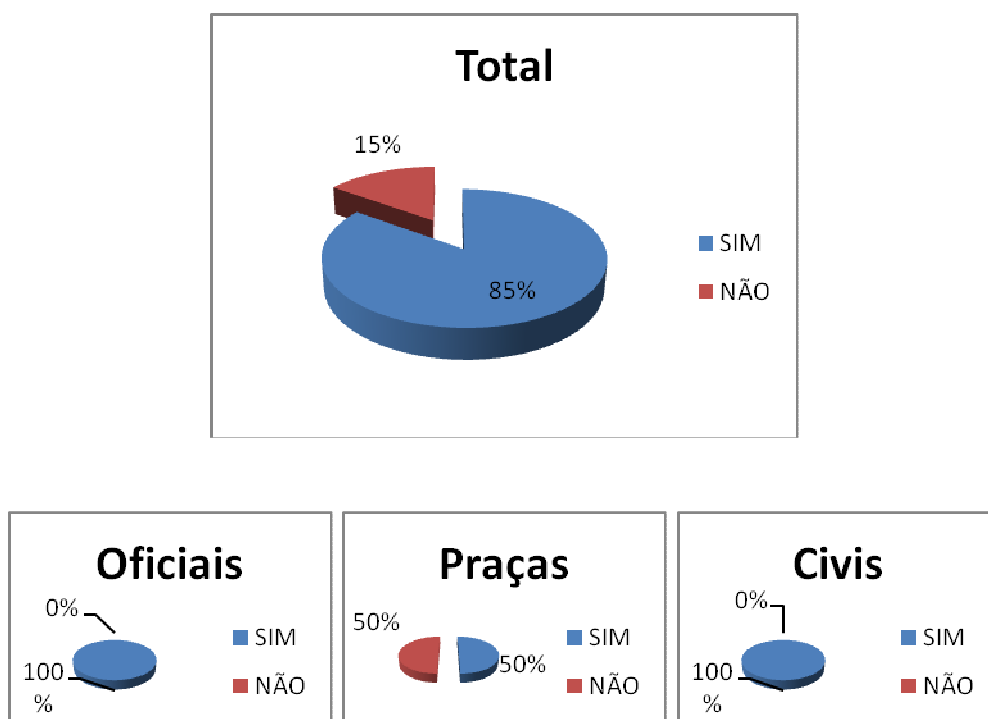


relevante, que muito contribui para o descrédito do sistema de controle disciplinar. Todos os entrevistados concordam com este dado preocupante, mesmo a despeito de algumas punições disciplinares de oficiais, que em regra, são raras, dado a maior responsabilidade dos oficiais, porém as punições de oficiais não são publicadas em Boletim Ostensivo e sim em Boletim Reservado (BR).

### 11.A falta de fiscalização ajuda ao cometimento de infrações disciplinares e crimes?

85% dos entrevistados disseram que sim. O resultado em destaque é que os praças se dividiram igualmente em suas opiniões, com 51% dos entrevistados concordando que sim, fato que revela a fragilidade do conceito de fiscalização junto ao corpo da tropa. Destaque se faz também aos oficiais e civis que concordam, por unanimidade, que a falta de fiscalização leva ao cometimento da infração.

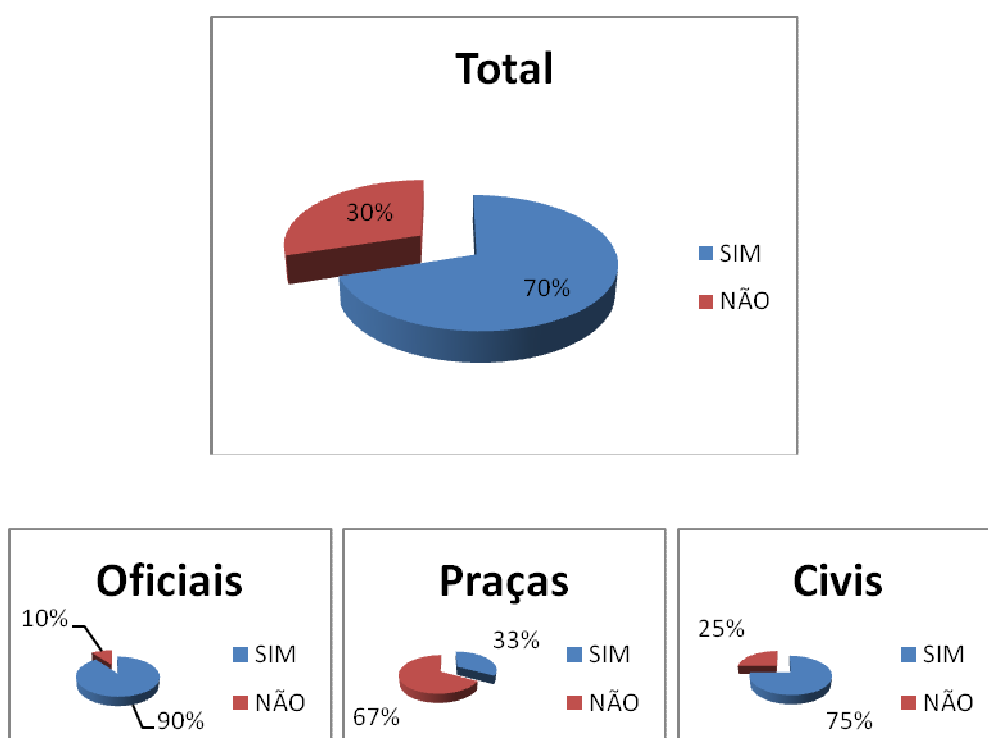
**Gráfico 16**



**12.As ações efetuadas pela Corregedoria da PM interferem na prática ou não, para o cometimento de crimes e transgressões da disciplina militar?**

70% dos entrevistados disseram que sim, com ênfase aos oficiais e civis que demonstraram 100% de intenções do sim. Com destaque para os oficiais que determinaram 90% de intenções sim. Uma Corregedoria forte e com credibilidade pode refletir em números positivos para o controle disciplinar da PMAM.

**Gráfico 17**



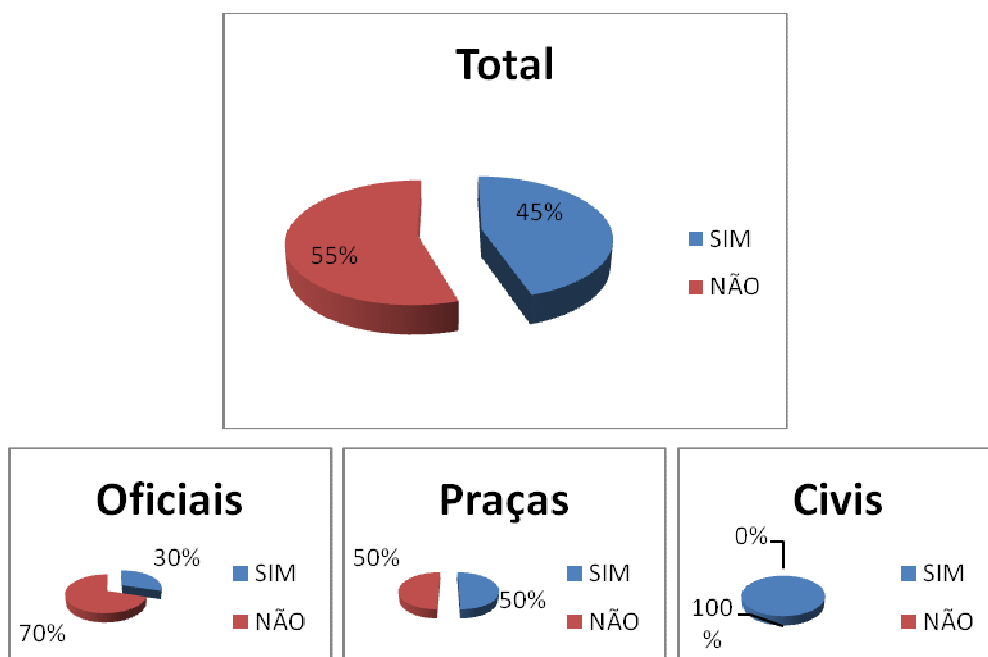
**13.De que forma a PM pode melhorar o controle da tropa melhorando o moral de seu efetivo, inibindo a prática de crimes e transgressões disciplinares?**

A predominância esmagadora das respostas mostrou que o principal remédio para melhorar o controle da tropa é a prevenção. O acompanhamento pessoal e o treinamento profissional também foram relatados como fatores preponderantes para uma melhoria do sistema de controle disciplinar.

**14. Em sua opinião, a PM tem sido eficiente na apuração e punição de policiais militares?**

55% do total de entrevistados responderam que sim, o que revela um dado preocupante. Quase metade da amostra não acredita na eficiência da Corporação no controle da tropa. Mister se faz em melhorar e difundir os mecanismos de punição e controle disciplinar, para que se torne mais ágil e justo.

**Gráfico 18**

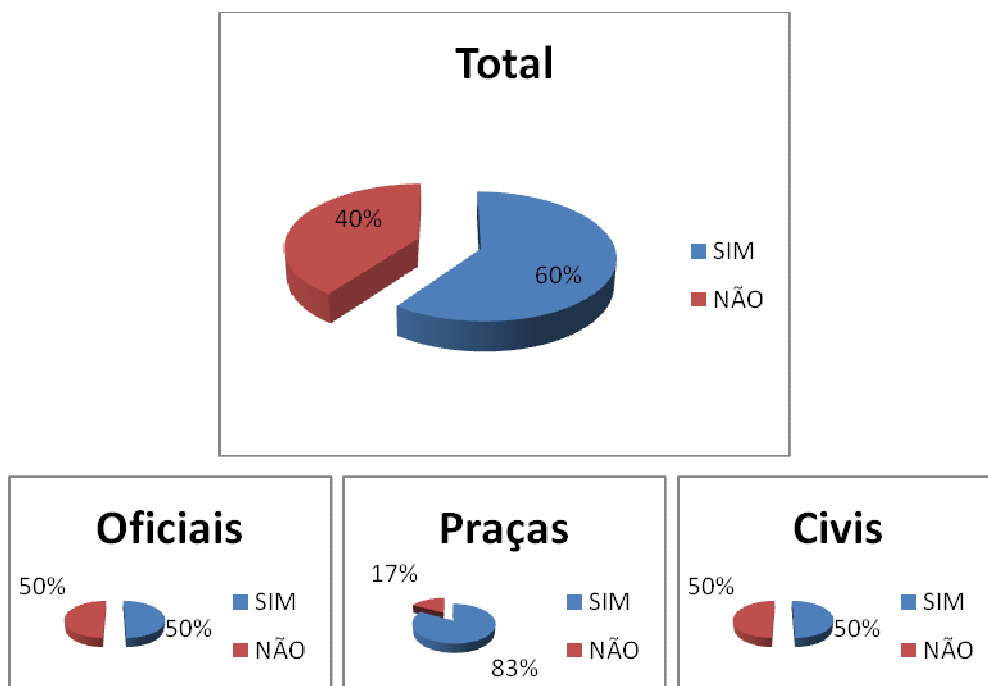


**15. A mídia pode atuar de maneira positiva na divulgação de punições aplicadas a PM, ajudando o controle interno da corporação?**

60% dos entrevistados acreditam sim, que a mídia pode contribuir para a educação preventiva e a divulgação de punições disciplinares em ocorrências que chegam ao conhecimento público e meios de comunicação. O dado

interessante é que essa opinião é de 84% entre os praças, já oficiais e autoridades civis, são equânimes em suas opiniões, revelando igualdade de sim e não neste questionamento.

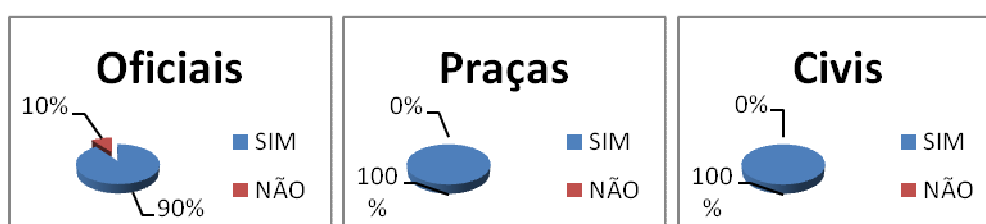
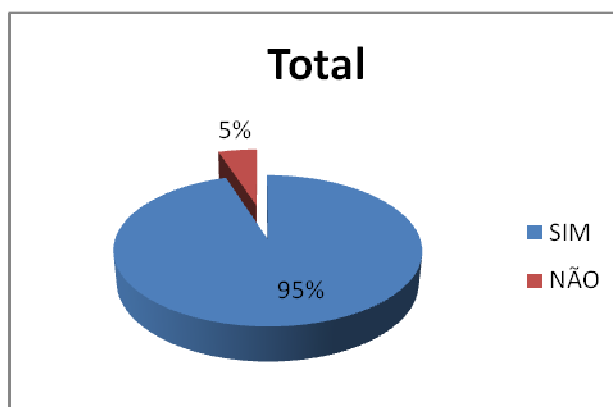
**Gráfico 19**



**16. Em sua opinião, o acompanhamento personalizado (pessoal) do PM pelo seu comandante imediato, contribui para a prevenção de ocorrências disciplinares ou de crimes militares?**

Dos entrevistados, 95% deles acreditam que o acompanhamento do comandante imediato é fator primordial para a redução de infrações disciplinares. A convivência do Comandante e Comandados, sem promiscuidade tende, na opinião dos consultados, a estabelecer um clima de confiança entre eles, minorando os problemas disciplinares desta relação.

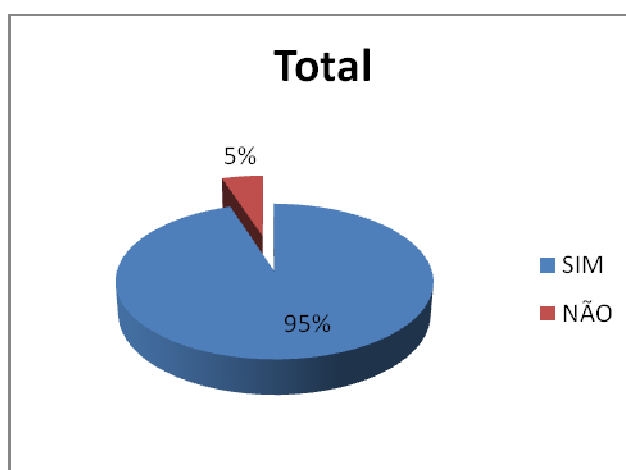
Gráfico 20

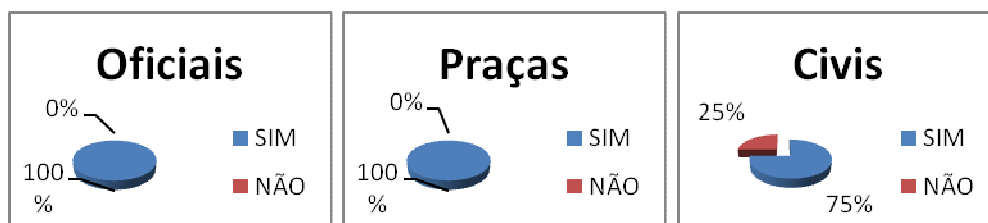


**17. Em sua opinião, a ação do comandante imediato, colabora positiva ou negativamente, para a ocorrência de infrações disciplinares ou crimes militares em seus comandados?**

Dos consultados, 95% revelam a opinião de que, o bom exemplo do Comandante espelha positivamente em sua tropa, fato já celebrado entre os doutrinadores de Liderança, mas na caserna essa relação é mais próxima e visível, o que faz da atividade militar, um excelente laboratório para a experimentação dessa relação.

Gráfico 21





**18. Em sua opinião, qual o principal fator leva o PM a ser violento ou truculento com o usuário ou cidadão?**

Das alternativas apresentadas, revelou-se na pesquisa que os itens mais lembrados pelos entrevistados os itens foram a índole pessoal do agente, lembrados por 65% da amostra, e a falta de instrução e fiscalização do agente, item assinalado por 60% dos consultados, o que confirma os itens observados na questão nº 6, como os predominantes para o cometimento de desvios de conduta de toda sorte.

## CONCLUSÃO

Finalmente, após abordarmos o assunto, propusemo-nos a avaliar a eficiência do atual sistema de controle disciplinar punições disciplinares policial-militares, buscando respostas do público interno e externo analisando principalmente a verdadeira função da punição disciplinar e seu reflexo, não só para os militares e seus cotidianos, mas principalmente, para a sociedade, razão da existência dos mecanismos de controle social.

É sabido que a disciplina jurídica administrativo militar sofreu, comprovadamente, influência de fatores políticos materiais, remontando à vinda D. João VI no Brasil e a

época Vargas – ditador do Estado Novo, até os nossos dias, sob o regime militar, como arcabouço de orientação política e instrumento de imposição da vontade dos detentores do poder.

Durante o período de pesquisas, foi possível observar grandes mudanças no Sistema de Segurança Pública. As pesquisas começaram ainda no ano de 2007, período que foi implantada a Corregedoria Geral do Sistema de Segurança Pública. Só este fato em si, vem ao encontro do cerne deste trabalho, pois muda radicalmente a aplicação e apuração, não só das infrações disciplinares, mas também no apoio a apuração de infrações penais militares. A Corregedoria Geral do Sistema, adotando uma tendência nacional de integração dos procedimentos em segurança pública, absorve as Corregedorias Gerais da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Departamento Estadual de Trânsito, concedendo maior imparcialidade e transparência na apuração, bem como melhor estrutura de investigação e inteligência.

Os resultados apurados revelam que a tropa ressenete-se de um desejo de apuração mais rápida dos procedimentos. É carente de justiça e é consciente de que a correta aplicação da punição disciplinar traz benefícios a todos e que o Comandante imediato do policial militar, tem função primordial nesse aspecto. A presença do comandante na vida do PM, seu exemplo como líder, reduz os índices de infração disciplinar.

A prestação de serviços públicos a comunidade e a punição imediata ao infrator grave se revelaram como desejos do público interno. Atento a esta tendência, Projetos de Lei estão em tramitação na Casa Civil do Governo do Estado, trazendo em seu bojo, novo ordenamento jurídico disciplinar para os membros do Sistema de Segurança Pública, com meios de apuração disciplinares mais rápidos, como o auto de Infração Disciplinar, mantenedores dos princípios da hierarquia e da disciplina, bem como de punições disciplinares mais brandas e humanas, como a Transação Administrativa e o Termo de Ajustamento de Conduta.

A análise dos resultados permite chegar às seguintes conclusões sobre as hipóteses formuladas:

- a) Não encontramos evidencias que nos permitam rejeitar a hipótese de que a falta de fiscalização e a sensação de impunidade são fatores que acarretam e contribuem para o cometimento de crimes e infrações disciplinares;
- b) Não encontramos evidencias que nos permitam rejeitar a hipótese de que o aumento do rigor das punições disciplinares contribui sim, para o fortalecimento da disciplina junto a comunidade interna. Vinculada a primeira hipótese, sem rigor nas apurações, a ausência desta contribui para a sensação de impunidade. Ao encontro desse anseio veio o instituto do Auto de Infração Disciplinar, constante no Projeto de Lei do Regime Disciplinar Único do Sistema de Segurança Pública;
- c) Não encontramos evidencias que nos permitam rejeitar a hipótese de que o acompanhamento social do policial militar interfere sim na sua atuação profissional, bem como na prática de infrações disciplinares e crimes. Policial bem alimentado, remunerado, com assistência médica, produzirá mais e dará menos trabalho;
- d) Não encontramos evidencias que nos permitam rejeitar a hipótese de que a correta aplicação de punições disciplinares bem como o funcionamento do sistema de recompensas, também traz benefícios ao controle da tropa, com a melhor expressão de aplicação da justiça e equidade;

O correto funcionamento do aparelho correcional fará com certeza que excelentes frutos sejam colhidos. Há necessidade sim, da reforma, e é isso que estamos experimentando. Mudanças. Temos um comandante dinâmico e preocupado na restauração da legalidade e legitimidade de nossas legislações. Um novo Estatuto, um novo Regulamento Disciplinar, além de uma Lei de Remuneração moderna fará com que a Polícia Militar do Amazonas chegue a patamares jamais alcançados em qualidade e excelência de suas atribuições de policiamento ostensivo e prevenção de criminalidade.



# **APÊNDICES**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**FUNDACAO GETÚLIO VARGAS**  
**MESTRADO INTERINSTITUCIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**PROJETO DE PESQUISA**

**“O PAPEL DA PUNIÇÃO DISCIPLINAR NO CONTROLE DA TROPA DA POLÍCIA  
MILITAR DO AMAZONAS”**

**Por**

**EULER CARLOS DE SOUZA CORDEIRO**

**Projeto de Pesquisa apresentado à Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Mestrado  
Interinstitucional em Administração Pública (MINTER) na Disciplina de Metodologia  
Científica, Professora Sylvia Vergara.**

**Março de 2008**

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>O PROBLEMA</b>	<b>3</b>
1.1	Introdução	3
1.2	Objetivos final e intermediário	4
1.3	Suposição	5
1.4	Delimitação do estudo	5
1.5	Relevância do estudo	6
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEORICO</b>	<b>7</b>
2.1	Aspectos Gerais da Punição Disciplinar	7
2.2	Funções da Punição Disciplinar	9
2.3	Excessos abusivos da Punição Disciplinar	10
2.4	Aspectos Jurídicos da Punição Disciplinar	11
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>17</b>
3.1	Tipo de Pesquisa	17
3.2	Universo e Amostra	18
3.3	Seleção do Sujeito	18
3.4	Coleta de Dados	18
3.5	Tratamento de Dados	19
3.6	Limitações do Método	19
<b>4</b>	<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>20</b>

## **6 O PROBLEMA**

### **6.1 – INTRODUÇÃO**

Há muito as necessidades básicas da população deixaram de ser prioritariamente a saúde, trabalho e educação. Correndo por fora e já colocando muito mais de corpo inteiro sobre todos, apresentou-se a (in) segurança pública, problema que afeta a todos predominando entre as preocupações de nossa sociedade.

A violência que assola nosso país decorre de inúmeros fatores que sociólogos, políciólogos, curiosos em geral já estão cansados de saber. Vem da falta de educação a todos, da má distribuição de renda, da política de saúde pública precária, da baixa qualidade de mão de obra, do desemprego, da sensação geral de impunidade que reina à sociedade ao verificar tantos casos de corrupção esclarecidos, mas sem o julgamento devido. Tal sensação de impunidade combinado com todos os demais fatores já expostos nos dá um resultado alarmante, delinquentes melhor organizados, seqüestros, assaltos, golpes na internet, enfim, a mais variada gama de mecanismos infringentes da lei para benefícios de poucos. Tais aspectos descambam onde? Quem é que paga a insegurança pública? Claro que a sociedade como um todo! Mas vamos cobrar de quem? Sim, vamos cobrar dos Estados, constitucionalmente responsáveis pela segurança pública. Nos Estados, quem é o principal responsável de nos proteger da insegurança? A resposta é no sistema de segurança pública estaduais e nesse sistema quem mais aparece é a Polícia Militar, órgão responsável pelo policiamento ostensivo preventivo, como nossa Carta Magna decreta.

Mas quem são esses homens e mulheres? São “super homens” e “mulheres maravilhas”, que estão acima da normalidade dos seres? Não! São iguais a nós, sujeitos às mesmas mazelas que a sociedade implica. Como fazer que aparelhos policiais funcionem com a certeza de que estamos fazendo o correto? Que estamos seguros. Podemos confiar neles?

Exemplos demonstram que não podemos confiar piamente nesses homens e mulheres. Para que possamos aumentar a sensação de segurança, é necessário que todo o sistema, funcione e tenha confiabilidade. Para que isto aconteça, devemos ter sérios e rigorosos mecanismos de controle de pessoal que coloquem num patamar seguro, a qualidade de nossos policiais militares.

É aí que o nosso trabalho visa se concentrar: a análise dos atuais sistemas de controle de comportamento disciplinar dos policiais. Será que os mecanismos que temos hoje são suficientes para declararmos que são efetivos? Daí surge o nosso principal questionamento:

**“A APLICAÇÃO DA PUNIÇÃO DISCIPLINAR CONTRIBUI PARA A MELHORIA DE COMPORTAMENTO DA TROPA DA PMAM? EM CASO POSITIVO OU NEGATIVO, QUAIS OS FATORES QUE LEVAM PARA TAL CONCLUSÃO?”.**

## **6.2 – OBJETIVOS**

### **1.2.1 - FINAL**

**Identificar se a aplicação da punição disciplinar contribui ou não para a melhoria do comportamento disciplinar da tropa.**

### **1.2.2 – INTERMEDIÁRIOS**

- Identificar a legislação que trata do regime disciplinar do efetivo da Polícia Militar do Amazonas.
- Verificar se há a aplicação de punição disciplinar ao pessoal da PMAM e quais as punições mais frequentes.
- Verificar se há reincidência dos policiais militares punidos disciplinarmente.
- Identificar a opinião dos comandantes de unidade se o princípio educador da punição disciplinar está sendo observado ou não.
- Consultar uma amostra da tropa da Polícia Militar do Amazonas, verificando suas opiniões sobre a eficácia ou não das punições disciplinares atuais.
- Identificar a opinião dos Corregedores Gerais das Polícias e Corpo de Bombeiros Militares do Brasil sobre a eficácia e eficiência do sistema de controle disciplinar de suas corporações em seus estados

### 6.3 – HIPÓTESES

A aplicação de punição disciplinar nos membros da PMAM não deve estar educando ou reeducando os policiais militares visto que o índice de denúncias contra estes não tem diminuído de maneira satisfatória ao longo dos anos de 2005 e 2006. Presumimos que algumas medidas poderão alterar este quadro entre aquelas que nossa pesquisa identificar:

- Elaboração e aprovação de uma nova legislação disciplinar, atual e adequada à realidade das polícias militares do Brasil;
- Inserção de punições disciplinares mais efetivas como a sanção pecuniária e a prestação de serviços comunitários na folga do policial militar;
- Aumento do número de fiscalizadores isentos no policiamento ostensivo geral;
- Aumento da fiscalização sobre o PM pela própria comunidade com a identificação de seus possíveis envolvimento com crimes e desvios de conduta;
- Aumento de rigor nas punições disciplinares impostas;
- Melhoria das condições de trabalho dos PM como salário, redução da jornada de trabalho, serviço de saúde, acompanhamento psicológico;
- Aplicação de punição disciplinar correta e justa aos PMs indisciplinados;

## **6.4 - DELIMITAÇÃO DO ESTUDO**

O estudo a que nos propomos é analisar de maneira clara a verdadeira função da aplicação das punições disciplinares no seio da tropa da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) e nas demais polícias militares de todo o Brasil, que convivem com problemática semelhante a que vivenciamos no Amazonas, visto que, mesmo com a aplicação de medidas disciplinares, o índice de denúncias contra policiais militares continua estável e em algumas localidades tem aumentado.

Observa-se, empiricamente, que reina uma sensação de impunidade generalizada entre os policiais, pois mesmo com o risco da aplicação de medidas mais severas como a da expulsão, militares ainda teimam em praticar pequenos delitos e os mais diversos desvios de conduta, esquecendo-se dos valores morais que um servidor da segurança pública deve respeitar.

Na comparação de números de policiais expulsos da Corporação no ano de 2005 com os do ano de 2006, observou-se um aumento de 600%, passando de 9 (nove) para 50 (cinquenta) policiais expulsos pelos mais diversos motivos.

O aumento da fiscalização e uma celeridade maior na aplicação de punições disciplinares podem evitar que estes números continuem a crescer. A aplicação correta, célere e justa das punições disciplinares poderá reduzir a incidência da ocorrência delituosa de policiais militares.

A implantação de legislação moderna com mecanismos de gestão e controle disciplinar mais efetivos está entre as medidas mais adequadas visto que a legislação atual é copiada das forças armadas e remonta a década de setenta, com dispositivos arcaicos e até inconstitucionais.

## **6.5 RELEVÂNCIA DO ESTUDO**

A importância do assunto se deve ao respeito que se deve esperar da força pública para com a sociedade, visto que, uma tropa disciplinada, honesta e íntegra, certamente vai proporcionar um melhor produto em se tratando de segurança pública.

Hodiernamente constatamos que a segurança pública ocupa o primeiro lugar dentre as necessidades mais básicas da população, deixando para trás a educação, alimentação e emprego. Acreditamos ser possível fornecer um melhor serviço se a tropa for qualificada, disciplinada e respeitadora dos direitos humanos.

O papel da Corregedoria Geral da Polícia Militar do Amazonas (CORREG/PMAM) nesta empreitada é de relevante importância juntamente com os comandantes de unidades, pois com uma legislação moderna e eficaz, os índices de ocorrências praticadas por policiais tenderá a cair.

A identificação desses possíveis fatores agravantes bem como suas possíveis soluções é os principais objetivos deste estudo.



## 7 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 ASPECTOS GERAIS DA PUNIÇÃO DISCIPLINAR

Abordando a origem, função e demais características da punição disciplinar militar, poderemos estabelecer um conceito genérico sobre o atual quadro disciplinar da corporação policial militar do Amazonas e por que não dizer, das polícias militares do Brasil.

A tudo que já visitamos, além dos próprios policiais militares estudiosos do assunto, poucos se arremessaram na aventura de estudar o comportamento do policial militar, suas peculiaridades e suas mazelas, entretanto verificamos que vários trabalhos monográficos de cursos militares abordam tal assunto, visto que se trata de preocupação endógena, o tratamento desses males comportamentais, que viajam desde a visão ingênua do policial militar, vítima do sistema massacrante e estressante do trabalho, passando pelo corporativismo maléfico ou falso corporativismo, chegando até o autofagismo corporativista, que julgo positivo, visto que é cortando na própria carne, o câncer maligno da devassidão, da promiscuidade com o crime, do desvio de caráter que não se pode aplicar a um policial militar, agente de segurança pública, é que chegaremos a uma corporação confiável.

As punições devem ser justas, educativas e reeducativas, devem servir de antídoto para males futuros, devem disseminar o amor ao profissionalismo e o denodo pela função pública em servir à sociedade.

**Com efeito, a regra de ouro é apurar os fatos (todos a critério da autoridade administrativas nos diversos níveis possíveis de apuração, sempre sob o influxo da moralidade pública...) como se desconhecido fosse o investigado e a autoridade apuradora e ao mesmo tempo, com sentimento de justiça como se fosse um Juiz Santo – que puniria seu filho, se culpado fosse, e absolveria seu inimigo capital – se inocente. (Amaral, 2003)**

Vamos abordar todos os aspectos sociais e legais que revestem a transgressão disciplinar e a sua aplicação, bem como seus prováveis efeitos. Não deixaremos também, de apreciar o aspecto social da pena disciplinar administrativa militar, onde, servidores públicos

militares, são comumente igualados a bandidos ao serem submetidos à prisão disciplinar restritiva de liberdade, analogamente comparados a delinquentes de alta periculosidade ao serem confinados a espaços denominados “xadrezes”, onde literalmente são enjaulados.

**“Entre os valores fundamentais da moral militar, que mais se destacam são aqueles que dizem respeito à hierarquia e à disciplina, deixando sob segundo plano a necessidade de respeito aos direitos humanos. Nem se esperava que fosse diferente, pois o autoritarismo e o pessimismo em relação à natureza humana são valores fundamentais da ideologia militar. Pelo o que se depreende do novo código disciplinar, os policiais e bombeiros militares estão mais propensos a violar direitos humanos, pois vivem num mundo voltado à rigorosa observância e acatamento integral das leis, regulamentos, normas e ordens, sob pena de punições severas e imediatas. Assim, a título de cumprir uma missão, os militares estaduais estão mais predispostos a realizar valores como hierarquia, disciplina, lealdade, constância e honra, com prejuízo à dignidade humana. Isto não significa que os policiais e bombeiros militares devam ser violentos e arbitrários. Ocorre que policiais e bombeiros militares sempre encontraram circunstância em que valores fundamentais entram em conflitos. Na solução das situações, os valores pertinentes à ideologia militar sempre prevalecerão sobre a dignidade humana. O código disciplinar é vetor do comportamento de seus membros, ele determina que valores como o patriotismo, a hierarquia, a disciplina, a lealdade, a constância, a verdade real e a honra são mais relevantes do que a dignidade humana, pois se encontram em maior número e estão mais sintonizados com seus objetivos”.** (Loureiro, 2004)

Assim comenta o membro do Ministério Público Cearense Ythalo Frota Loureiro, criticando o novo Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Ceará (RDPMCE), onde se perde a oportunidade de humanizar o RDPMCE, quando os mesmos princípios da ditadura militar prevalecem, subjugando os direitos humanos à hierarquia e disciplinas castrenses.

Novos conceitos em punição disciplinar têm tomado campo no âmbito da disciplina militar, onde se destacam punições pecuniárias e as de prestação de serviços comunitários.

## **2.2 Funções da Punição Disciplinar**

A manutenção da disciplina é tão importante que em todas as esferas da vida social ela é cultivada. Começando pelo seio da família através da orientação dos pais e aplicação de sanções às faltas cometidas, passando pela Igreja, que após a confissão dos pecados se aplica as penitências, no esporte as faltas são punidas com advertências, cartões e até a expulsão do

certame, no trabalho onde as normas das empresas aliadas as da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e assim por diante.

Com essas demonstrações é mais fácil entender que a punição, não só no âmbito militar, mas em todas as atividades, tem a finalidade precípua de atuar diretamente nas ações humanas. Entendemos que nessa atuação encontramos, por conseguinte, o controle dessas ações, pelo fato de prever uma punição que corresponda a uma falta cometida. Além do controle, primordial importância, é a reeducação do punido, quando existe a aplicação efetiva da punição face ao erro já consumado. Transcendendo da pessoa do punido, a punição alcança também seus pares, superiores e subordinados, visando a harmonia na coletividade a que pertence e, no caso do policial militar, essa coletividade é a tropa. Em acordo com os princípios constitucionais vigentes é necessário que a punição disciplinar seja aplicada de forma justa e equilibrada, visto que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza... (art 5º da Constituição Federal de 1988).

O Regulamento Disciplinar da PM do Ceará, em seu artigo 22, prevê: “Art. 22 – *A punição disciplinar objetiva o fortalecimento da disciplina,*

§ Único. *A punição deve ter em vista o benefício educativo ao punido e a coletividade a que ele pertence.*” (Ceará, 1981)

Isso demonstra que a punição, quando aplicada com imparcialidade e justiça, é salutar para o desenvolvimento das atividades das organizações policiais militares.

### **2.3 Excessos Abusivos da Aplicação da Punição Disciplinar**

“... é o sistema predileto dos sádicos perseguidores. O mau administrador encontra nesses o poder disciplinar como estilete de vingança pessoal” (Costa, 1981).

Não podemos deixar de revelar a realidade que existem nos diversos atos proferidos por nossos companheiros policiais militares por todo o Brasil, atos negativos que se revestem de características dolosas. Daí a necessidade de buscarmos soluções para tais ações perniciosas e de grande poder prejudicial.

Nas organizações militares, encoberta pela pesada camada hierárquica, muitos atos abusivos foram praticados por superiores que submeteram seus subordinados a humilhações gratuitas e desnecessárias que vão de encontro aos verdadeiros objetivos da disciplina militar, que é a reeducação do policial infrator e seu exemplo para os demais da tropa.

Os abusos que são cometidos, não devem ser encarados como regra, mas é um fator que não pode deixar de ser considerado, visto que, dado à informalidade da aplicação da punição disciplinar estes vícios são plenamente reconhecíveis.

O julgador deve estar sempre bem preparado para decidir com equidade os problemas a ele apresentado, a ponto de que sua decisão seja a melhor para a corporação, para o policial militar infrator e para a sociedade.

## 2.4 ASPECTOS JURIDICOS DA PUNIÇÃO DISCIPLINAR MILITAR

As punições do pessoal das Polícias Militares brasileiras em geral prevêem sanções que vão da advertência verbal, repreensão, chegando até as de privação de liberdade como as de detenção, prisão e prisão em separado, terminando com a expulsão ou desligamento do estado efetivo das policias militares. O objeto de nossa pesquisa se prenderá às punições disciplinares e seus efeitos no seio da tropa da Polícia Militar.

O procedimento cirúrgico nesse mal, que se fez, no passar dos anos, trata-se de um aperfeiçoamento nas regras regulamentares com intuito de produzir um efeito eficiente para a eficácia do combate à violência, que se radicaliza, exigindo-se a formação de uma polícia unida, que é força suficiente, no enfrentamento do magno problema contemporâneo.

Ressalte-se que não abordamos o aspecto do Código Penal Militar, Decreto Lei nº 1001, de 21/10/69 – que visualiza o crime militar, mas apenas do diploma disciplinar castrense, no respeitante às transgressões disciplinares – norma *interna corporis*. O mais antigo Regulamento é de São Paulo, que data de 9/11/43 – Dec nº 13.657, já instituído sob a perspectiva do – *due process of law*<sup>1</sup> – mas que fere a sua abrangência quando prescreve “ações ou omissões não especificadas no Regulamento Disciplinar e não qualificadas como crimes nas leis penais militares”, já se caracterizando uma duplicidade punitiva e em flagrante desrespeito ao princípio da legalidade e ao art. 5º, Inciso II, da CF.

*Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

*I ...*

---

<sup>1</sup> Devido Processo Legal – Instituto oriundo do direito anglo-saxão, sua primeira aparição remonta a *Magna Cartha* do Rei “João Sem Terra”, irmão do Rei “Ricardo Coração de Leão”.

*II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;*<sup>2</sup>

A doutrina, nos ensinamentos do inolvidável jurista José da Silva Loureiro Neto, preconiza que “*o ilícito disciplinar não se subordina ao princípio da legalidade*” (Neto, 1993), dada a imprecisão e flexibilidade, tendo em vista os princípios de oportunidade e conveniência administrativas da sanção, discricionando a autoridade para aplicá-la no interesse da disciplina.

Nesse diapasão, o transgredir disciplinar, considerando em sua natureza a amplitude (leve, média e grave) sujeita o militar à pena de detenção (prisão) até 30 dias, podendo ser cumprida em regime fechado (xadrez).

O *Jus Libertatis* do militar é bem sagrado e tutelado pela Constituição Federal no art. 5º, caput, na certeza assegurada de “que todos são iguais perante a lei”, não acolhe normas de caráter geral, não previamente estipulada.

Tais normas disciplinares castrenses, a nosso ver sugerem discussões de sua constitucionalidade, visto que permite o livre arbítrio do julgador, que pode levar ao abuso e excesso de poder. Segundo preleciona o inominável Hely Lopes Meirelles, “*a discricionariedade não se confunde com o poder arbitrário, sendo liberdade de ação dentro dos limites permitidos em lei*”.

É defeso pelo nosso ordenamento jurídico que ninguém pode ser punido sem que exista uma lei anterior que defina a conduta, sob pena de violação aos preceitos constitucionais e à Convenção Americana de Direitos Humanos, subscrita pelo Brasil, e recepcionada em nosso ordenamento jurídico por meio de decreto legislativo e decreto emanado do Poder Executivo.

Ressalta esse enfoque, compartilhando-o Luiz Flávio Gomes – mestrado em Direito Administrativo pela UNESP (França), especialista pela UNIP (Ribeirão Preto) e membro da Academia de Letras Jurídicas – que entende “*não existir diferença ontológica entre crime e infração administrativa ou entre sanção penal e sanção administrativa*”.

---

<sup>2</sup> BRASIL. **Constituição Federal**. Promulgada em 15 de outubro de 1988, art 5º Inciso II.

Assim, para este jurista, todas as garantias do Direito Penal devem valer para as infrações administrativas, e os princípios como os da legalidade, tipicidade, proibição da retroatividade, da analogia, do *non bis in idem*, da proporcionalidade, da culpabilidade, etc., valem integralmente inclusive no âmbito administrativo.

O Direito Militar, penal ou disciplinar, é um ramo especial da Ciência Jurídica, com princípios e particularidades próprios. Mas, como qualquer outro ramo desta ciência está subordinado aos cânones constitucionais.

Nosso ordenamento jurídico, que segue a tradição da família romano-germânica, não admite que uma norma infraconstitucional se sobreponha ao Texto Fundamental.

Os regulamentos disciplinares foram impostos por meio de decretos federais (Forças Armadas) e estaduais (Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares) não podendo se sobrepor à Constituição em respeito à hierarquia das leis, preconizada pelo jurisfilósofo alemão Hans Kelsen.

As Polícias Militares de São Paulo e de Minas Gerais são exemplos de corporações que aderiram às punições pecuniárias e restritivas de direitos como forma alternativa de controle de disciplina em seus seios, coletando bons resultados. São nestes Estados que devemos nos amparar para comparar seus resultados e avaliar a conveniência de adaptar aos demais que ainda não reformularam seus diplomas disciplinares, como é o caso do Amazonas.

Outros policiais militares resolveram coletar dados sobre o assunto, conforme demonstrado nos gráficos abaixo, no estudo que fizeram em seus estados, é notório o interesse dos policiais militares em mudar seu regulamento disciplinar, senão vejamos:

**d) Pena pecuniária:**

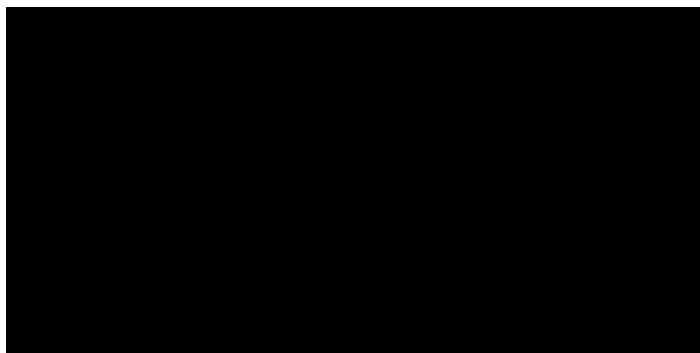
Consiste no desconto na remuneração do policial militar, de valor pecuniário referente a pagamento de determinada falta disciplinar. Este valor seria limitado mensalmente para que esta punição não interfira de maneira cruel na renda familiar do policial militar. Seria uma das

sanções mais graves a serem impingidas ao PM e, portanto deveria ser detalhada com os maiores critérios possível para evitar abusos e perseguições por parte dos superiores.

Vejamos a seguir como foi a recepção dos policiais militares do Amapá e do Ceará referentes ao assunto:

No Ceará:

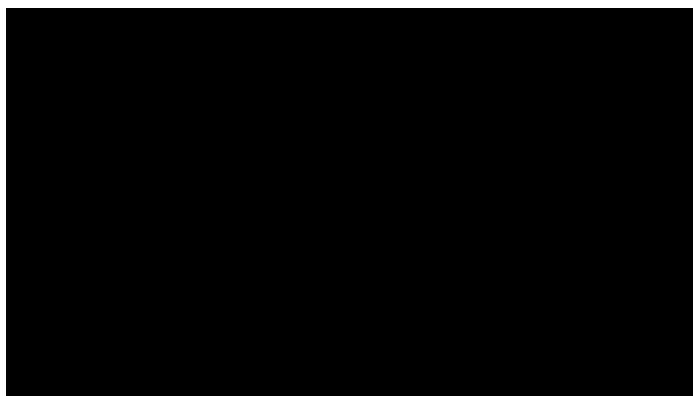
#### **GRÁFICO 01**



Fonte: CORREA E NASCIMENTO (2000, p. 54)

No Amapá:

#### **GRÁFICO 02**



Fonte: CORREA E NASCIMENTO (2000, p. 56)

#### **e) Penas Alternativas**

Consiste na aplicação de punições disciplinares alternativas como, por exemplo, a prestação de serviços à comunidade, em vez de deixar o policial militar confinado aos muros do quartel, ou então dobrando serviço, como é comum nas policias militares do Brasil. Este

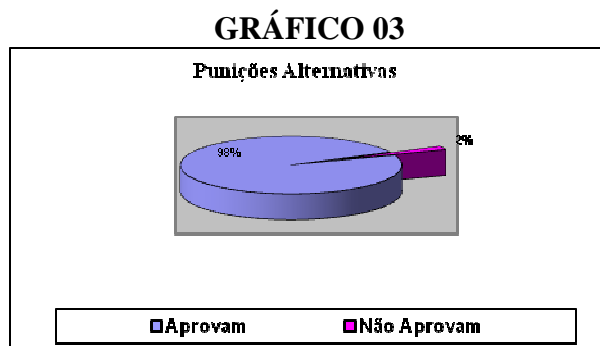


tipo de punição disciplinar tem como fatores positivos, a simpatia por parte da comunidade ao ver o policial, que em vez de ser punido “*intramuros*”, este prestaria diversos serviços a comunidade como palestras educativas, ajuda em hospitais e outras entidades carentes como asilos, creches dentre outros, em seu período de folga; outro ponto positivo seria a educação do policial militar em atividades engrandecedoras e socialmente corretas. Ele estaria satisfeito visto que não ficaria restrito no quartel e estaria fazendo um bem a sociedade, sendo ele, reconhecido pela entidade a que prestou o serviço.

É bom que se ressalte que esta punição disciplinar tem muito mais a função de recompensar o infrator pela sua primariedade, oferecendo a prestação de serviço comunitário do que realmente castigá-lo, dado a natureza leve da infração.

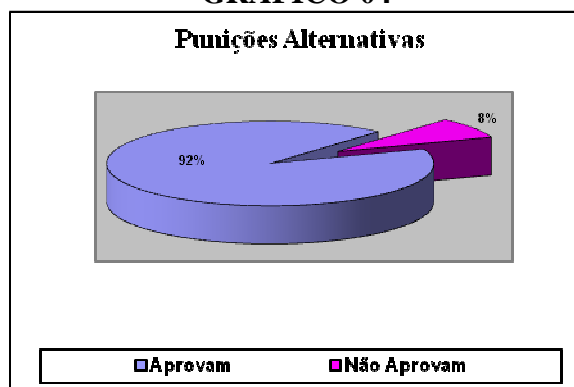
Vejamos como reagiu o pessoal das Policias Militares do Ceará e Amapá, neste assunto:

No Ceará:



Fonte: CORREA E NASCIMENTO (2000, p. 58)

No Amapá:

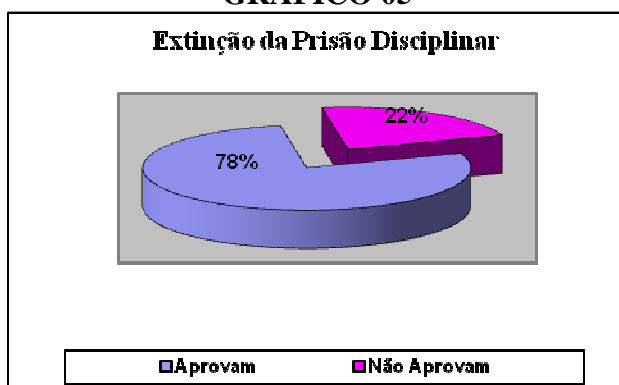
**GRÁFICO 04**

Fonte: CORREA E NASCIMENTO (2000, p. 62)

#### a) **Extinção da Prisão Disciplinar**

A proposta consiste em abolir a punição disciplinar de prisão, visto que desta forma resgataria a dignidade dos policiais militares eventualmente punidos com esta forma de sanção. A semelhança dessa punição com os presos penais os tende a igualá-los, o que não refletiria a verdadeira função da punição disciplinar militar.

Os policiais militares do Ceará e Amapá reagiram como um todo a essa inquisição:

**GRÁFICO 05**

Fonte: CORREA E NASCIMENTO (2000, p. 65)

Com a divulgação desses resultados e acompanhando a tendência atual da segurança pública, é de bom alvitre que se analise os presentes dados para a adoção de uma postura única referente às polícias militares e seus membros em todo o Brasil, principalmente a seus direitos e deveres que devem ser universais.

## **8 METODOLOGIA**

### **8.1 - TIPO DE PESQUISA**

#### **a) Quanto aos fins:**

- A pesquisa é explicativa, aplicada e intervencionista, dado as características do problema a ser examinado;

#### **b) Quanto aos meios:**

- Serão utilizados os seguintes métodos de investigação: Pesquisa de campo, bibliográfica, pesquisa-ação e estudo de caso;

### **3.2 – UNIVERSO E AMOSTRA**

O universo da pesquisa de campo foi todo o efetivo da Polícia Militar do Amazonas, com cerca de 7500 homens e mulheres, e a amostra selecionada foi de Comandantes de Unidades Operacionais da capital, acrescentando-se o Comandante Geral, o Subcomandante Geral, o Chefe do Estado Maior Geral e os Comandantes de Policiamento Intermediários, acrescente-se a estes os Corregedores Gerais de Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar dos estados da Federação.

### **8.2 – SELEÇÃO DE SUJEITOS**

Os sujeitos da pesquisa são os Comandantes de Unidades Operacionais da capital bem como os oficiais de maior relevância na condução da política disciplinar da corporação que são os dirigentes maiores e de maior responsabilidade e ainda pelo aspecto mais relevante, são

estes os aplicadores e avaliadores das punições disciplinares, são os que melhor podem expressar a qualidade de sua tropa em termos de produção nos serviços de segurança e o nível de disciplina de sua unidade. Serão ouvidos através de questionários uma amostra representativa de policiais militares das mais diversas graduações principalmente a de Soldados PM, no sentido de demonstrarem suas opiniões, e ainda serão ouvidos Corregedores Gerais da PM e BM dos estados da Federação, que responderão em questionário específico, às principais questões de interesse geral referentes ao tema do presente trabalho.

### **8.3 – COLETA DE DADOS**

Para a construção e execução da pesquisa serão aplicados questionários e entrevistas à amostra indicada, com questionamentos a respeito da situação disciplinar de seus comandados;

Serão pesquisados os números absolutos de denúncias contra policiais militares classificados por unidades onde servem na capital nos anos de 2005, 2006 e 2007, analisando comparativamente o crescimento ou não das ocorrências praticadas por policiais militares, com dados fornecidos pela Corregedoria Geral;

Serão pesquisados dados semelhantes em outras unidades do país em suas respectivas corporações para melhor analisar as situações e a aplicação de medidas saneadoras para o problema.

### **3.5 – TRATAMENTO DOS DADOS**

Os dados com os quais trabalharemos ora serão objetivos ora serão subjetivos, através do levantamento dos dados dos questionários e respostas das entrevistas. Sendo que os dados objetivos serão tratados por uma medida estatística apropriada e os subjetivos através de análise e comparação com as opiniões generalizadas em conjunto com a bibliografia pesquisada, corroborada ou não pelos especialistas consultados.

Ao final serão expostos e analisados todos os resultados obtidos e serão formuladas as principais resoluções possíveis para a questão.

### **3.6 – LIMITAÇÕES DO MÉTODO**

O método escolhido para o estudo apresenta certas limitações, elas são apresentadas a seguir:

A limitação da abrangência do estudo pode interferir no resultado, pois certamente haverá diferenças no estudo de estado para estado da Federação, visto que dentre 27 (vinte e sete) corporações estaduais, algumas acrescentadas pelo Corpo de Bombeiros Militares onde são separadas, hábitos e costumes diferentes, uns melhores até, outros com muito mais problemas.

É possível ainda que os grupos escolhidos para as entrevistas e questionários não sejam os mais representativos do universo estudado.

A realização de entrevistas e questionários aplicados diretamente pelo Corregedor Geral, ou por alguém por ele determinado, pode maquiar os resultados, visto que os sujeitos da pesquisa podem se sentir intimidados ou razoavelmente desconfortáveis em responder as perguntas formuladas.

## 9 BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Luiz Otávio de Oliveira. **Direito e Segurança Pública, a juridicidade operacional da polícia**. Brasília, CONSULEX, 2003, 158p.

BRASIL, **Código Penal Militar – Decreto Lei N° 1001**, Brasília DF, 1969.

BRASIL, **Constituição Federal**, Brasília, 1988.

CEARÁ. **Regulamento Disciplinar da Polícia Militar**. Fortaleza, Ceará, 1981.

CORRÊA, Jorge Furtado e NASCIMENTO, Jaime Tavares. **Transgressão Disciplinar: Nova metodologia para a aplicação das punições**. Fortaleza: APMGEF, 2000. (Monografia CAO-2000)

COSTA, José Armando da. **Teoria e Prática do Processo Administrativo Disciplinar**, Fortaleza, Brasília Jurídica 1981, 332p.

GOMES, Luiz Flávio. **Responsabilidade Penal Objetiva e Culpabilidade nos Crimes Contra a Ordem Tributária**. RIOBJ nº 11/95.

LOUREIRO, Ythalo Frota. **Retrocessos do novo Código Disciplinar dos Militares do Ceará**, disponível em [www.acmp.com.br](http://www.acmp.com.br). Consultado em 23 de abril de 2007, site da Associação Cearense do Ministério Público.

LOUREIRO NETO, José da Silva. **Direito Administrativo Disciplinar**, São Paulo, Atlas, 1993, 312p.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

## QUESTIONÁRIO

Responda as perguntas abaixo conforme sua convicção e opinião pessoal do assunto que se trata:

- ✓ Oficial ( ) Praça ( ) Civil ( )  
 ✓ Escolaridade: Espec. ( ) Sup. Completo ( ) Sup. Incompleto ( ) 2º Grau ( )
19. Em sua opinião o sistema atual de controle disciplinar é adequado para a realidade da PMAM?  
 SIM ( ) NÃO ( )
20. O Sr acha que a punição disciplinar privativa de liberdade deve ser aplicada aos policiais militares que cometem transgressão grave?  
 SIM ( ) NÃO ( )
21. O PM que desrespeita o seu superior ou subordinado deve ser punido imediatamente ou não?  
 SIM ( ) NÃO ( )
22. A transgressão cometida à frente de tropa, civis ou autoridades devem ser punidas de imediato?  
 SIM ( ) NÃO ( )
23. Em sua opinião, a punição disciplinar de desconto de parte do salário inibiria a prática de transgressões disciplinares?  
 SIM ( ) NÃO ( )
24. Em sua opinião, que fatores levam o PM a cometer infrações disciplinares ou crimes?  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_
25. Em sua opinião o Sr acha necessário que se modifique o sistema de controle disciplinar atual para a PM?  
 SIM ( ) NÃO ( )
26. O Sr. concorda com a aplicação de punições disciplinares não restritivas de liberdade como a prestação de serviços à comunidade ou similar?  
 SIM ( ) NÃO ( )
27. Na sua percepção/opinião, a desagregação social, os problemas familiares, as desigualdades sócio-econômicas, deficiência na legislação interna e do sistema de controle social da PMAM, contribuem para o cometimento de desvios praticados por seus integrantes?  
 SIM ( ) NÃO ( ) Comente se quiser:  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_
28. O tratamento dado aos desvios cometidos é igual para oficiais e praças?  
 SIM ( ) NÃO ( )
29. A falta de fiscalização ajuda ao cometimento de infrações disciplinares e crimes?  
 SIM ( ) NÃO ( )

30. As ações efetuadas pela Corregedoria da PM interferem na prática ou não, para o cometimento de crimes e transgressões da disciplina militar?  
SIM ( ☐ ) NÃO ( ☐ )
31. De que forma a PM pode melhorar o controle da tropa melhorando o moral de seu efetivo, inibindo a prática de crimes e transgressões disciplinares?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
32. Em sua opinião, a PM tem sido eficiente na apuração e punição de policiais militares?  
SIM ( ☐ ) NÃO ( ☐ )
33. A mídia pode atuar de maneira positiva na divulgação de punições aplicadas a PMs, ajudando o controle interno da corporação?  
SIM ( ☐ ) NÃO ( ☐ )
34. Em sua opinião, o acompanhamento personalizado (pessoal) do PM pelo seu comandante imediato, contribui para a prevenção de ocorrências disciplinares ou de crimes militares?  
SIM ( ☐ ) NÃO ( ☐ )
35. Em sua opinião, a ação do comandante imediato, colabora positiva ou negativamente, para a ocorrência de infrações disciplinares ou crimes militares em seus comandados?  
SIM ( ☐ ) NÃO ( ☐ )
36. Em sua opinião, qual o principal fator leva o PM a ser violento ou truculento com o usuário ou cidadão?  
( ☐ ) Índole própria      ( ☐ ) Jornada de trabalho excessiva      ( ☐ ) Baixo salário  
( ☐ ) Problemas pessoais      ( ☐ ) Falta de instrução/Fiscalização      ( ☐ ) Outros motivos

Obrigado!!!



## BIBLIOGRAFIA

AMAZONAS. **Decreto Estadual nº 4131/78**, de 13 de janeiro de 1978. Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Amazonas.

\_\_\_\_\_. - **Lei Estadual nº 1154/75** de 09 de dezembro de 1975. Estatuto do Pessoal da Polícia Militar do Amazonas.

BECCARIA, Cesare Bonesana. **Dos delitos e das penas**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília-DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_, Código Penal Militar. 7. Ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

\_\_\_\_\_, Código de Processo Penal Militar. 11. Ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

BRANDÃO, Alaor Silva. **Revista Direito Militar**. São Paulo, V-23 – maio a junho/2000.

CEARÁ. **Decreto nº 14.209, de 19/12/80**. Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Ceará. 1981.

CORRÊA, Jorge Furtado e NASCIMENTO, Jaime Tavares. **Transgressão disciplinar**: nova metodologia para a aplicação das punições. Fortaleza: APMGEF, 2000. (Monografia CAO-2000)

GOMES, Luiz Flávio. **Responsabilidade Penal Objetiva e Culpabilidade nos Crimes Contra a Ordem Tributária**. RIOBJ nº 11/95.

HUNGRIA, Nelson. **Comentários ao Código Penal**. Forense, vol. IX, 2. ed., 1959.

LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda; CANO, Ignácio. **Quem Vigia os vigias?** Rio de Janeiro, Record, 2003

LOUREIRO NETO, José da Silva. **Direito Administrativo Disciplinar**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

MARTINS, Gilberto Valente. **Efetividade dos Direitos Fundamentais e as Penas Disciplinares nas Corporações Militares**. Disponível em: <[www.otribunal.com.br](http://www.otribunal.com.br)>. Acesso em: 28 de maio de 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. **Permanência Disciplinar**. Disponível em: <[www.otribunal.com.br](http://www.otribunal.com.br)>. Acesso em: 13 de maio de 2002.

\_\_\_\_\_, Paulo Tadeu Rodrigues. **Causas de Justificação da Transgressão Disciplinar Militar**. Disponível em: <[www.otribunal.com.br](http://www.otribunal.com.br)>. Acesso em: 17 de maio de 2008.

SOARES, Waldir. Crime Militar e Transgressão Disciplinar Militar. Publicado In **Direito Militar**, AMAJME, 1999.